

Centro Universitário De Brasília – UniCEUB
Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais
Programa de Monografia
Graduação em Direito

LUCIANA LOURINHO CASTELO BRANCO

**O RECURSO ESPECIAL REPETITIVO: ANÁLISE DAS MUDANÇAS TRAZIDAS
COM A INTRODUÇÃO DO ARTIGO 543-C NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL
PELA LEI N 11.672/2008**

BRASÍLIA

2014

LUCIANA LOURINHO CASTELO BRANCO

**O RECURSO ESPECIAL REPETITIVO: ANÁLISE E DAS MUDANÇAS TRAZIDAS
COM A INTRODUÇÃO DO ARTIGO 543-C NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL
PELA LEI N 11.672/2008**

Monografia apresentada como requisito para a
conclusão de bacharelado em Direito, do
Centro Universitário de Brasília – UniCEUB.
Orientador: Professor João Ferreira Braga

BRASÍLIA

2014

RESUMO

O presente trabalho tem como objeto o estudo e a análise do procedimento introduzido pela Lei 11.672/08 ao artigo 543-C do Código de Processo Civil, que diz respeito ao recurso especial repetitivo. Tal dispositivo legal traz as novas regras do recurso especial e seu procedimento, através do qual se promove o julgamento em massa desses recursos, cujas matérias jurídicas sejam equivalentes. Busca-se também através deste trabalho expor as consequências e modificações trazidas com o novo procedimento de julgamento dos recursos especiais no âmbito do Superior Tribunal de Justiça. Assim, inicia-se a pesquisa abordando a origem desse tribunal e as suas competências, como principal, o controle da aplicação e da interpretação da legislação federal infraconstitucional. Em seguida, entra-se no estudo do recurso especial em espécie, trazendo as suas hipóteses de cabimento, os requisitos para a sua admissibilidade, tanto no tribunal de origem quanto no tribunal superior, bem como o seu processamento perante o Superior Tribunal de Justiça. No terceiro e último capítulo, aborda-se a questão do recurso especial repetitivo: a Lei 11.672/08, que introduziu o procedimento dos recursos especiais repetitivos ao artigo 543-C no Código de Processo Civil, assim como a Resolução nº 8 do STJ que estabelece os procedimentos relativos ao processamento e julgamento desses recursos. Faz-se também um estudo da eficácia do acórdão do recurso especial escolhido como paradigma para aplicar sua decisão a todos os outros casos que possuem matéria equivalente à do recurso piloto. E por fim, discorre-se acerca do sobrestamento indevido dos recursos especiais, os quais ficam aguardando a decisão do recurso especial paradigma no Superior Tribunal de Justiça.

Palavras-chave: Superior Tribunal de Justiça. Recursos repetitivos. Sistema recursal. Lei 11.672/2008. Artigo 543-C do Código de Processo Civil.

SUMÁRIO

<u>INTRODUÇÃO</u>	5
1. O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	7
1.1 Origem do Superior Tribunal de Justiça	7
1.2 Atribuições competenciais do Superior Tribunal de Justiça e o controle da aplicação e da interpretação da legislação federal infraconstitucional	10
2. RECURSO ESPECIAL	11
2.1 Hipóteses de cabimento do Recurso Especial	14
2.1.1 O artigo 105, III, “a”, da Constituição Federal	16
2.1.2 O artigo 105, III, “b”, da Constituição Federal	17
2.1.3 O artigo 105, III, “c”, da Constituição Federal	18
2.2 Admissibilidade do recurso especial. Requisitos	19
2.3 Processamento	26
3. RECURSO ESPECIAL REPETITIVO: ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO QUE O INSTITUI E IMPLICAÇÕES DE SEU PROCEDIMENTO	29
3.1 A Lei 11.672/08 e a Resolução n.º 8/2008 do STJ	29
3.2 A matéria repetitiva	35
3.3 Admissibilidade do recurso especial repetitivo	39
3.4 O procedimento e julgamento dos recursos repetitivos no STJ.....	41
3.5 O sobrestamento indevido dos recursos especiais	49
3.6 Eficácia do recurso especial paradigma	51
CONCLUSÃO	55
REFERÊNCIAS	58

INTRODUÇÃO

O objetivo desse trabalho será analisar e conhecer o processamento de julgamento dos Recursos Especiais Repetitivos, expresso no artigo 543-C do Código de Processo Civil, relacionando a questão com as mudanças trazidas ao ordenamento jurídico e à sociedade após a introdução deste dispositivo, através da Lei nº 11.672/2008, ao Código de Processo Civil.

O desenvolvimento deste trabalho analisará também, além dos aspectos positivos, os efeitos negativos produzidos através do novo instituto processual de procedimento de julgamento dos Recursos Especiais que tem como foco discutir as idênticas matérias de direito de diferentes casos de maneira individual.

Assim, para um melhor entendimento acerca do assunto, será necessário estudar a origem do Superior Tribunal de Justiça, que ocorreu com a crise do Supremo Tribunal Federal pelo acúmulo de processos que eram remetidos a este tribunal, bem como examinar a Resolução nº 8/2008 do STJ, onde se encontram os critérios de cabimento, competência e instauração do procedimento dos recursos repetitivos.

Com o elevado número de demandas processuais que surgem com o decorrer do tempo, diretamente ligado ao aumento dos direitos individuais, procura-se trazer ao mundo jurídico regras e normas processuais a serem aplicadas de maneira mais eficaz, igualitária e segura à todos, as quais devem ser adequadas à determinado momento histórico, trazendo segurança jurídica e celeridade processual ao ordenamento jurídico. Diante das mudanças, o objetivo sempre foi trazer melhorias, de forma igualitária, aos indivíduos de uma sociedade e eliminar, de todas as formas possíveis, as desigualdades e prejuízos causados à eles dentro de um Estado Democrático de Direito.

O presente trabalho é resultado da busca de uma análise aprofundada de um dispositivo, contido no Código de Processo Civil, que traz questionamentos aos juristas e doutrinadores acerca da procura de equilíbrio do aumento do número de demandas que discutem a mesma matéria, junto com a procura de um sistema processual mais célere e seguro, que deverá dar a cada indivíduo aquilo que realmente é de seu direito.

Assim, o assunto discutido é importante para entendermos melhor sobre o julgamento e processamento dos recursos especiais, que são remetidos ao Superior Tribunal de Justiça e que discutem a mesma matéria de direito, para o fim de analisarmos as consequências, sejam elas positivas ou negativas, trazidas com o novo instituto processual a cada indivíduo, bem como a sociedade como um todo.

Buscou-se, com a introdução do artigo 543-C ao Código de Processo Civil, diminuir o acúmulo de processos no Superior Tribunal de Justiça com a finalidade de dar mais celeridade a atividade jurisdicional. Contudo, esse estudo é importante para verificarmos se houve compatibilidade entre o aumento da celeridade processual com a justa distribuição do direito individual material pleiteado pelas partes no âmbito do Superior Tribunal de Justiça.

O assunto abordado tem amplo acesso de pesquisa, pois se trata de uma temática que possui, além de social e institucional, relevância acadêmica, visto que poderá ser objeto de análise por todos os acadêmicos de Direito.

Assim, a metodologia adotada será a pesquisa dogmática-instrumental que se baseia em doutrina, legislação e jurisprudência, as quais serão analisadas por meio de documentos, sejam livros, artigos ou consulta a códigos.

Ademais, os métodos de pesquisa adotados serão, em regra, bibliográficos e documentais, com atenção a livros específicos de diversos doutrinadores acerca do tema. Assim, será feita uma pesquisa e revisão sobre os posicionamentos dos principais doutrinadores processualistas.

Por fim, para um melhor esclarecimento e entendimento acerca do assunto, será realizado um estudo sobre a origem do Superior Tribunal de Justiça, a crise do Supremo Tribunal Federal, bem como a Resolução nº 08 do STJ que regula o procedimento dos recursos especiais repetitivos. Mais ainda, serão analisados os diversos posicionamentos e opiniões dos doutrinadores e estudiosos para uma visão mais clara do tema.

1 O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

1.1 Origem do Superior Tribunal de Justiça

A Constituição de 1946 trouxe em seu artigo 101, inciso III e alíneas “a”, “b”, “c” e “d”¹ a competência do Supremo Tribunal Federal, naquela época, para julgar o direito federal. Ocorre que este tribunal possuía competência absoluta para julgar tanto as matérias constitucionais quanto as federais, o que acarretou o acúmulo de processos naquela Corte.

A criação do Superior Tribunal de Justiça decorreu da Crise do Supremo Tribunal Federal. Em virtude da existência de apenas um tribunal para solucionar as questões constitucionais e federais, o STF acumulou um elevado número de recursos extraordinários pendentes de julgamento. Assim, respeitando o devido processo legal e à ampla defesa e buscando dar às partes o seu direito de ter um julgamento célere, se fez necessária a adoção de medidas que pudessem diminuir a quantidade de processos remetidos à Corte Constitucional.

Procurou-se amenizar a crise através de várias alternativas, as quais não tiveram êxito ou foram objetos de longas controvérsias.

Assim, a Constituição Federal de 1988, buscando estabelecer um Estado Democrático de Direito e reestruturar o judiciário, distribuiu a competência da matéria para o STJ e STF, afastando do Supremo Tribunal Federal as causas pertinentes a matérias federais e as deixando sob a responsabilidade do novo tribunal superior.

¹ Art. 101:

III - julgar em recurso extraordinário as causas decididas em única ou última instância por outros Tribunais ou Juízes:

a) quando a decisão for contrária a dispositivo desta Constituição ou à letra de tratado ou lei federal;
b) quando se questionar sobre a validade de lei federal em face desta Constituição, e a decisão recorrida negar aplicação à lei impugnada;
c) quando se contestar a validade de lei ou ato de governo local em face desta Constituição ou de lei federal, e a decisão recorrida julgar válida a lei ou o ato;
d) quando na decisão recorrida a interpretação da lei federal invocada for diversa da que lhe haja dado qualquer dos outros Tribunais ou o próprio Supremo Tribunal Federal.

BRASIL. Constituição (1946). **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro. 18 de setembro de 1946. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm>. Acesso em: 21 dezembro 2013.

O jurista e doutrinador José Afonso da Silva foi quem defendeu, inicialmente, a ideia de criação de um novo Tribunal. O objetivo era tirar da competência do STF pelo menos setenta e cinco por cento dos feitos.

Em 1965, foi discutida por uma mesa-redonda de juristas, formada na Fundação Getúlio Vargas e presidida pelo Ministro Themístocles Brandão Cavalcanti, a viabilidade da criação de um novo tribunal para julgar recursos extraordinários relativos ao direito federal comum. A distribuição da matéria que até então somente era apreciada pelo Supremo Tribunal Federal, foi alvo de debate entre os integrantes da mesa-redonda, os quais viam a necessidade de repartição da matéria em dois tribunais com o fim de diminuir a sobrecarga do STF.

Assim, os ministros buscaram inovar o sistema jurídico através da criação de um único tribunal, que teria uma função eminente como instância federal sobre a matéria que não fosse especificamente constitucional. Desta forma, aqueles recursos extraordinários que estavam apenas sob a análise do Supremo Tribunal Federal e eram fundados exclusivamente na Lei Federal se tornariam de competência do novo tribunal, o Superior Tribunal de Justiça, o qual foi criado em 7 de abril de 1989.

O novo tribunal ficaria responsável pela tutela da legislação federal infraconstitucional, nos casos previstos na Constituição Federal de 1988². Buscava-se, assim, dar “*relevância à questão federal*”³, bem como trazer celeridade processual ao sistema jurídico, e, em nenhum momento, significaria um desprestígio para o STF.

A ideia era construir um Tribunal Superior, de última instância, que ficaria responsável pelas matérias de direito federal não-constitucional e que uniformizasse a interpretação do direito federal. O Supremo Tribunal Federal continuaria sendo uma Corte Constitucional e haveria um consenso em evitar qualquer diminuição da sua capacidade. Assim, o Supremo Tribunal Federal continuou sendo a Corte competente para conhecer e julgar matéria constitucional, enquanto toda a matéria infraconstitucional se tornaria de competência do novo tribunal.

² BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 21 dezembro 2013.

³ MANCUSO, Rodolfo de Camargo. **Recursos no Processo Civil**: recurso extraordinário e recurso especial. 12. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012, v. 3, p. 109-110.

O ex-Ministro Evandro Leite acerca da implantação do STJ:

“A criação do Superior Tribunal de Justiça possibilitou as mudanças. Esse Tribunal apresenta-se com uma Corte de natureza peculiar, que não é apenas superior nem de jurisdição especial, pois passou a exercer a jurisdição remanescente do Supremo Tribunal Federal, notadamente quanto à interpretação uniforme da lei através do recurso especial. Veio cindir a competência do Supremo Tribunal Federal e retirar-lhe um dos fundamentos de sua própria existência anterior, que era a de Tribunal de Federação.”⁴

Assim, alterou-se profundamente a organização judiciária nacional, passando a existir duas parcelas do Judiciário, o Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça. Este com a função de interpretar a legislação infraconstitucional, corrigindo ilegalidades cometidas no julgamento de causas, em última instância, pelos Tribunais Regionais Federais e pelos Tribunais de Justiça, enquanto aquele ficou responsável pelas questões constitucionais discutidas.

O jurista Athos Gusmão Carneiro afirma que “o recurso extraordinário previsto no sistema constitucional anterior foi desdobrado em recurso extraordinário *strictu sensu* – RE e recurso especial – REsp, aquele destinado precipuamente à tutela das normas constitucionais e com julgamento pelo Supremo Tribunal Federal (CF, art. 102, III); este, o recurso especial, voltado à tutela da lei (ou tratado) federal, com julgamento pelo Superior Tribunal de Justiça (CF, art. 105, III)”.⁵

Dentro desse contexto, a diretriz principal, com a criação do STJ, foi de distribuir o conteúdo do recurso extraordinário. Todavia, percebe-se que entre os recursos extraordinário e especial há um núcleo em comum que é a questão de que ambos tutelam o direito federal, *lato sensu*; e uma diferença específica de que o primeiro leva ao STF o conhecimento do direito federal contido na Constituição, enquanto o segundo leva ao STJ o conhecimento do direito *federal, comum*⁶.

Rodolfo de Camargo Mancuso aponta que o Superior Tribunal de Justiça não está infenso a toda matéria constitucional, mas conclui:

⁴ MANCUSO, Rodolfo de Camargo. **Recursos no Processo Civil**: recurso extraordinário e recurso especial. 12. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012, v.3, p. 123.

⁵ Ibidem, p. 109.

⁶ Carlos Mário da Silva Velloso: “O Superior Tribunal de Justiça [...] será, no Brasil, o guardião do direito federal comum. Subsistirá, no ponto, o Supremo Tribunal Federal, que será o guardião da Constituição (art. 102)” (“Os tribunais federais e a justiça federal”, A Constituição Federal 1988 – Interpretações, P. 246).

“Sem embargo de que várias questões a serem ventiladas em sede de recurso especial terão muita vez um aspecto constitucional subjacente, a desafiar o recurso extraordinário ao STF, não há negar que, com a criação do STJ, em grande parte nossa Corte Suprema liberou-se da carga representada pelas lides envolvendo matéria infraconstitucional. [...]”⁷

Entende-se que o Supremo Tribunal Federal exerce o relevante papel de guardião da Constituição e da integridade do direito nacional. Já ao Superior Tribunal de Justiça cabe a função de unificação do direito federal. Desta forma, a Constituição Federal da República de 1988 reservou ao Supremo Tribunal Federal a função de aplicar as normas e princípios constitucionais, e ao Superior Tribunal de Justiça a função de uniformizar a aplicação do direito federal.

1.2 Atribuições competenciais do Superior Tribunal de Justiça e o controle da aplicação e da interpretação da legislação federal infraconstitucional

O Superior Tribunal de Justiça, ao julgar o recurso especial, tem a missão constitucional de decidir sobre a vigência e a correta interpretação do direito federal infraconstitucional. Disso decorre que este tribunal não foi criado para ter a função de um terceiro grau de jurisdição, mas sim de uma instância excepcional e a correta interpretação das normas de direito federal se traduz na tutela de um interesse geral que, no caso se sobrepõe ao interesse dos litigantes.

Nesse sentido, o recurso especial não foi concebido como instrumento para corrigir erros ou injustiças e sim para garantir a boa aplicação da lei federal e lhe unificar a interpretação em todo o Brasil.

O Superior Tribunal de Justiça foi criado para controlar a aplicação da legislação federal infraconstitucional, interpretando-a, preservando-a e corrigindo ilegalidades

⁷ MANCUSO, Rodolfo de Camargo. **Recursos no Processo Civil**: recurso extraordinário e recurso especial. 12. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012, v. 3, p. 116.

cometidas nos julgamentos das causas, além de ter o papel de uniformizar a jurisprudência quanto àquela mesma legislação.

Tais funções são cumpridas mediante o julgamento do recurso especial, instituído, essencialmente, para impugnar as ofensas à legislação federal cometidas no julgamento de causas em última ou única instância, pelos Tribunais Regionais Federais e pelos Tribunais de Justiça, assim como as divergências jurisprudenciais existentes entre Tribunais acerca da interpretação do direito federal infraconstitucional.

É importante ressaltar que o Superior Tribunal de Justiça, sendo o tribunal responsável por uniformizar a interpretação da lei federal em todo o Brasil, deve seguir os princípios constitucionais e a garantia e defesa do Estado de Direito.

Sua competência está prevista no art. 105 da Constituição Federal, que estabelece os processos que têm início no Superior Tribunal de Justiça (originários) e os casos em que o Tribunal age como órgão de revisão, inclusive nos julgamentos de recursos especiais.

Desempenha, assim, uma função paradigmática, na medida em que suas decisões servem de exemplo a ser seguido pelos demais tribunais, com o que se obtém a almejada uniformização da jurisprudência infraconstitucional. Assim, o julgamento que venha a ser proferido pelo STJ, conferindo interpretação a determinada norma federal, servirá, não só como corretivo da decisão impugnada, mas também como elemento de uniformização da jurisprudência quanto à interpretação da referida norma.

2 RECURSO ESPECIAL

Com as modificações trazidas pela Crise do Supremo, criou-se uma situação nova no ordenamento jurídico pátrio: o surgimento do STJ, bem como a criação do recurso especial, este com a finalidade de assegurar a inteireza, a autoridade, a validade e a uniformidade de interpretação de leis federais.

O recurso especial passou a ter diversas das funções antes concernentes ao recurso extraordinário. Contudo, antes de surgir um novo recurso jurídico de competência do Superior Tribunal de Justiça, a parte apenas apresentava um único recurso ao STF, no qual se discutia matérias constitucionais e infraconstitucionais. Com a mudança ocasionada pela Crise do Supremo, caso a parte tenha interesse em alegar violação à norma constitucional e infraconstitucional referente a uma mesma decisão, terá que interpor dois recursos, sejam eles: o recurso extraordinário ao STF, versando sobre matéria constitucional, e o recurso especial ao STJ, versando sobre matéria federal.

Nesse entendimento, afirma Rodolfo de Camargo Mancuso:

“A vigente ordem constitucional prevê uma Corte de Justiça encarregada do controle da inteireza positiva do direito infraconstitucional, com o respectivo instrumento processual: o recurso especial.”⁸

O recurso especial surgiu como uma via processual responsável por levar ao STJ questões que versem sobre matéria infraconstitucional, bem como os dissídios jurisprudenciais acerca da interpretação da lei federal.

Cabe ressaltar que o recurso especial só poderá ser interposto em face de decisões proferidas em única ou última instância, ou seja, àquelas causas em que não seja possível a apresentação de mais nenhum recurso na instância ordinária, ocorrendo assim o esgotamento das instâncias recursais ordinárias.

Através da mudança ocorrida na lei processual, a qual distribuiu a matéria a ser discutida entre o STF e o STJ, é importante colocar que o Superior Tribunal de Justiça, através da Súmula 126, entendeu que é inadmissível o recurso especial interposto em face de decisões fundamentadas em dispositivos de matéria de natureza constitucional e infraconstitucional, sendo qualquer um deles, por si só, suficientes para manter a decisão recorrida, a qual não foi impugnada também por recurso extraordinário.

É importante ter conhecimento de que o recurso especial não é meio processual cabível para impugnar decisões monocráticas, mas sim acórdãos. Assim, a simples

⁸ MANCUSO, Rodolfo de Camargo. **Recursos no Processo Civil**: recurso extraordinário e recurso especial. 12. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012, v. 3, p. 107.

manifestação do relator não é suficiente, sendo necessário que o pronunciamento judicial final provenha do órgão colegiado competente do Tribunal de Justiça ou Tribunal Regional Federal.

Nos casos em que o recurso especial é interposto contra decisão interlocutória, a lei permite que o recurso fique retido nos próprios autos e somente será processado se a parte recorrente o reiterar, no prazo para a interposição do recurso contra a decisão final, ou para contrarrazões.

A Lei 11.636/2007, a qual dispõe sobre as custas processuais devidas no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, traz como requisito formal e necessário para a interposição de recurso especial o pagamento de custas processuais e de preparo, que deverá ser comprovado documentalmente pelo recorrente, sob pena de desistência tácita do recurso no prazo legal. O pagamento será apurado por meio de guia de recolhimento de receita da União e poderá ser efetuado em bancos oficiais.

Conforme dispõe o artigo 26 da Lei 8038/90, que institui normas procedimentais para os processos destinados ao Superior Tribunal de Justiça e ao Supremo Tribunal Federal, o recurso especial deverá ser interposto, nos casos admitidos pela Constituição Federal, perante o Presidente do Tribunal recorrido no prazo de quinze dias. Tal prazo também está previsto no artigo 508 do Código de Processo Civil.

Os recursos especiais são recursos excepcionais, pois apenas admitem discussão sobre matéria estritamente de direito, não podendo analisar questões de fato e nem reexaminar provas⁹ das demandas judiciais. São recursos de fundamentação vinculada pois, para que o seu recurso seja admitido, cabe à parte recorrente alegar um dos vícios típicos que a lei permite.

Assim, a Lei Maior limita expressamente em seu artigo 105, inciso III, alíneas “a”, “b”, “c”¹⁰ as matérias que deverão ser arguidas através do apelo especial, ou seja, traz as hipóteses de cabimento do referido recurso, as quais serão analisadas no próximo item.

⁹ Súmula nº 7 do STJ: A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial.

¹⁰ Art. 105, III: Compete ao Superior Tribunal de Justiça julgar, em recurso especial, as causas decididas, em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão recorrida:

2.1 Hipóteses de cabimento do Recurso Especial

O *caput* do artigo 541 do Código de Processo Civil traz que as hipóteses de cabimento do recurso especial estão expressas no texto constitucional.

Assim, através da análise do artigo 105, III da Constituição Federal verificam-se as hipóteses de cabimento do apelo especial, sejam elas, quando a decisão recorrida: a) contrariar tratado ou lei federal, ou negar-lhes vigência; b) julgar válido ato de governo local contestado em face de lei federal; c) der a lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro tribunal.

Ressalte-se que a parte recorrente poderá alegar, no mesmo recurso, que a decisão recorrida violou mais de uma alínea do artigo 105 da Lei Maior, ou seja, poderá alegar violação às alíneas “a” e “c”, por exemplo.

Cabe lembrar que a impugnação deverá ocorrer em face de causas já decididas em única ou última instância e proferidas por Tribunais Regionais Federais e Tribunais de Justiça ou no julgamento de outro recurso, ou ainda em hipótese de reexame obrigatório em segundo grau de jurisdição. Assim, conforme redação da súmula 203 do STJ não é cabível recurso especial para impugnar decisão proferida por órgão de segundo grau dos Juizados Especiais.

As causas decididas referem-se aquelas causas judiciais já prequestionadas que foram julgadas com ou sem resolução de mérito ou as que foram decididas incidentalmente no decorrer do processo. A expressão “em única e última instância” denota que só é possível a parte interpor recurso especial em face de decisão em que não haja mais possibilidade, nas instâncias ordinárias e na instância única, de ser impugnada por outros meios processuais.

a) contrariar tratado ou lei federal, ou negar-lhes vigência;
b) julgar válido ato de governo local contestado em face de lei federal;
c) der a lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro tribunal. BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 21 dezembro 2013.

Destarte, aquela decisão em que a parte recorrente alega ter sido omissa, obscura ou contraditória em algum ponto não pode ser alvo de apelo especial, devendo primeiramente ser opostos embargos de declaração para sanar o vício alegado, nos moldes do artigo 535 do CPC¹¹. Esse entendimento já está pacificado pelo Superior Tribunal de Justiça em sua súmula 211¹². Assim sendo, após a oposição de embargos de declaração, a parte poderá interpor recurso especial dentro das hipóteses de admissibilidade previstas no artigo 105, III da Constituição Federal e, caso ainda entenda que a decisão ainda se encontra controvertida, poderá também apresentar recurso especial alegando violação ao artigo 535 do Código de Processo Civil.

Cabe ressaltar que não é cabível recurso especial interposto antes da publicação do acórdão dos embargos de declaração, sem sua posterior ratificação, conforme prevê a Súmula 418 do Superior Tribunal de Justiça.

O Código de Processo Civil traz expressamente em seu artigo 541 que o recurso especial só poderá ser interposto nos casos previstos no artigo 105, III da Constituição Federal e deverá ser apresentado perante o Presidente ou o Vice-Presidente do tribunal.

Assim, verifica-se que apenas é cabível recurso especial para discutir matéria federal e, caso haja violação à norma constitucional, deve-se interpor recurso extraordinário ao Supremo Tribunal Federal, órgão responsável pelas questões constitucionais.

Dentro desse contexto, José Miguel Garcia Medina aponta as hipóteses de cabimento do recurso especial:

“[...] o recurso especial é cabível quando a decisão recorrida não aplicar ou aplicar com desacerto a lei federal, seja considerada em si mesma, seja em comparação com a interpretação dada por outro tribunal, e quando a decisão recorrida aplicar ato local cuja validade é contestada em face de lei federal.”¹³

¹¹ Art. 535: Cabem embargos de declaração quando: I – houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade ou contradição; II - for omitido ponto sobre o qual devia pronunciar-se o juiz ou tribunal. VADE MECUM. **Lei 5.869 de 11 de janeiro de 1973**. São Paulo: Saraiva, 2013, p. 411.

¹² Súmula 211 do STJ: Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo tribunal “*a quo*”.

¹³ MEDINA, José Miguel Garcia. **Recursos no processo civil**. Prequestionamento e repercussão geral: e outras questões relativas aos recursos especial e extraordinário. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012, v. 6, p. 49.

José Miguel Garcia Medina entende que não cabe recurso especial para se discutir a interpretação de norma constitucional e que o Superior Tribunal de Justiça tem decidido que questões de âmbito constitucional são impossíveis de serem apreciadas na via do recurso especial, mas sim na via de recurso extraordinário pelo Supremo Tribunal Federal, não sendo as mesmas abordadas, nem superficialmente, na decisão *a quo* recorrida.¹⁴

2.1.1 O artigo 105, III, “a”, da Constituição Federal

O artigo 105, alínea “a”, da Constituição Federal traz expressamente a hipótese de cabimento de recurso especial quando a decisão recorrida contrariar tratado ou lei federal ou quando lhes nega vigência.

Considera-se a contrariedade prevista no referido artigo, toda e qualquer forma de violação à lei, seja quando se dá a norma legal interpretação equivocada, diversa daquela entendida pelo órgão jurisdicional responsável por uniformizar a lei federal, ou até mesmo quando há incidência de dispositivo legal inaplicável sobre determinado fato.

Assim, a expressão “negar-lhe vigência” está inserida na contrariedade à lei, tendo em vista que se refere à aplicação da lei federal de forma equivocada e sua omissão em não aplicá-la a determinado caso concreto.

De acordo com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, que interpreta de maneira ampla a expressão “lei federal”, a violação poderá ocorrer sobre leis nacionais e federais de qualquer espécie, sejam elas, leis complementares federais, leis delegadas federais, decretos autônomos ou legislativos, medidas provisórias federais e atos normativos do Poder Executivo da União destinados à execução das leis federais. Por outro lado, os regimentos internos dos tribunais não inseridos como lei federal.

¹⁴ “Não se conhece do recurso especial se o E. Tribunal *a quo* decidiu a questão à luz da Carta Magna, sem debater explicitamente matéria federal”. BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **REsp 186469-RJ**, 5.^a Turma, Relator: Min. Félix Fischer, julgado em 03 de dezembro de 1988, DJU de 22 de março de 1999. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/processo/ita/documento/mediado/?num_registro=199800623396&dt_publicacao=22-03-1999&cod_tipo_documento=1>. Acesso em: 22 dezembro 2013.

Nesta hipótese de cabimento do apelo especial, além dos requisitos obrigatórios que deverão estar contidos para admissão do recurso, há a necessidade de se fazer de forma direta referência ao dispositivo legal federal violado. A análise de tal violação será feita pelo juízo de mérito, enquanto o juízo de admissibilidade ficará responsável por detectar a presença ou não dos requisitos formais obrigatórios para a interposição de recurso especial ao Superior Tribunal de Justiça.

O ordenamento jurídico brasileiro colocou os tratados, como regra geral, no grau de lei ordinária. Assim, o legislador ao introduzir a expressão “contrariar tratado” à alínea “a” do artigo 105 da Constituição Federal deu à eles a mesma interpretação quanto às leis federais. Destarte, verifica-se pela leitura do texto legal que quando a decisão recorrida estiver em contrariedade com tratado ensejará o direito da parte sucumbente interpor recurso especial.

2.1.2 O artigo 105, III, “b”, da Constituição Federal

A alínea “b” do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal dispõe acerca da possibilidade de cabimento de recurso especial em face de decisões que julgarem válido ato de governo administrativo de governo local contestado em face de lei federal. Neste caso, também se verifica violação à direito federal.

Através do referido dispositivo legal, observa-se que quando houver contraste entre o ato de governo local e a lei federal, esta deve prevalecer sobre aquele. Dentro desse contexto, caso o acórdão entenda como válido o ato administrativo, ele estará em confronto com a lei federal, o que poderá ensejar a interposição de recurso especial.

Diversas vezes a discussão versa sobre a aplicação da legislação local contestada em face da lei federal e não dos atos administrativos do governo local contestado em face da lei federal. A controvérsia por se tornar de natureza constitucional será discutida

pelo Supremo Tribunal Federal, conforme dispõe o artigo 102, inciso III, alínea “d”, da Constituição Federal.¹⁵

2.1.3 O artigo 105, III, “c”, da Constituição Federal

A terceira hipótese de cabimento de recurso especial é quando a decisão recorrida der a lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro tribunal. Há nesse caso um confronto entre jurisprudências entre órgãos de tribunais distintos, não sendo cabível recurso especial, com fundamento no artigo 105, III, “c” da CF, quando a divergência ocorrer entre julgados do mesmo Tribunal, conforme preceitua a Súmula 313 do STJ.

Assim, quando o acórdão prolatado por Tribunal Regional Federal ou Tribunal de Justiça violar tal dispositivo, cabe ao Supremo Tribunal de Justiça, como guardião do direito federal, dar a decisão final sobre a controvérsia, buscando uniformizar a questão discutida.

A parte deverá fazer um cotejo analítico entre o acórdão recorrido e o acórdão paradigma, este proferido por outro órgão de tribunal de forma diversa à da decisão impugnada, para mostrar a divergência na interpretação do direito federal. Além disso, deve-se demonstrar que há semelhança entre os objetos de ambas as discussões, com a finalidade de provar que os tribunais trataram juridicamente a mesma matéria de forma divergente.

A prova de que houve dissídio jurisprudencial é feita conforme estipula o artigo 541 do Código de Processo Civil, podendo ser através de certidões, cópia autenticada ou mediante a citação do repositório de jurisprudência, oficial ou credenciado, inclusive em mídia eletrônica, em que tiver sido publicada a decisão divergente, ou ainda pela reprodução de julgado disponível na Internet, com indicação da respectiva fonte.

¹⁵ Art. 102, III, alínea “d”: Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe: III – julgar, mediante recurso extraordinário, as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida: d) julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face de lei federal. BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 22 dezembro 2013.

No entanto, os meios de prova elencados no mencionado artigo do Código de Processo Civil poderão ser dispensados quando a divergência for notória, em razão do princípio da instrumentalidade das formas.

2.2 Admissibilidade do recurso especial. Requisitos

Recebida a petição do recurso especial na secretaria do Tribunal que proferiu a decisão recorrida, o recurso passará primeiramente pelo juízo prévio de admissibilidade que será realizado pelo presidente ou vice-presidente do tribunal local. Este primeiro juízo apreciará somente a presença dos requisitos formais indispensáveis para que o recurso especial seja admitido.

Assim, para que haja o julgamento do mérito do recurso especial, será imprescindível que os requisitos para a sua admissibilidade sejam corretamente atendidos. Contudo, é feita uma análise bifásica da admissibilidade do recurso especial, pois ele passará por dois exames de admissibilidade, um feito pelo tribunal local e outro pelo tribunal superior.

Cabe ressaltar, que tais requisitos são considerados como matérias processuais de ordem pública, podendo ser conhecidos pelos magistrados a qualquer tempo e grau de jurisdição, os quais poderão apontar irregularidades contidas no recurso especial e por este motivo poderão obstar o seu seguimento.¹⁶

Primeiramente, será feito o juízo de admissibilidade provisório e não-vinculativo pelo presidente ou vice-presidente do tribunal local, que poderá receber ou não o recurso especial. Este primeiro exame não vinculará o segundo que será realizado pelo ministro relator, o qual se encarregará pelo caso no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, ou

¹⁶ MONTENEGRO FILHO, Misael. **Curso de direito processual civil: teoria geral dos recursos, recursos em espécie e processo de execução**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2014, v. 2. p. 50.

seja, o relator poderá conhecer ou não do recurso especial, independente da decisão de admissibilidade proferida pelo presidente ou vice-presidente do tribunal local.¹⁷

Neste sentido é o entendimento do Superior Tribunal de Justiça:

AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE. BIFÁSICO. INTIMAÇÃO. IRREGULARIDADE. FUNDAMENTOS DO NOVO RECURSO INSUFICIENTES PARA REFORMAR A DECISÃO AGRAVADA.

1. O juízo de admissibilidade é bifásico, e o controle realizado no Tribunal de origem não vincula o STJ.

[...]

4. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

(AgRg no REsp 1337341/ES. Terceira Turma. Relator: Min. Paulo Tarso Sanseverino, julgado em 20/02/2014, DJe de 10/03/2014)¹⁸

No entendimento de Bernardo Pimentel, a falta de algum dos requisitos de admissibilidade acarretará o não recebimento do recurso especial perante o tribunal de origem ou o seu não conhecimento perante o tribunal superior, tornando inviável a análise do mérito recursal, tendo em vista que a presença dos critérios de admissibilidade são imprescindíveis para a análise da questão em si.¹⁹

Caso o recurso especial não seja conhecido pelo presidente ou vice-presidente do tribunal de origem, ele não subirá para o Superior Tribunal e Justiça. Diante disso, a parte recorrente poderá interpor o agravo nos próprios autos previsto no artigo 544 do Código de Processo Civil²⁰ buscando o conhecimento de seu recurso para posteriormente este subir ao STJ para ter o seu mérito analisado.

¹⁷ SOUZA, Bernardo Pimentel. **Introdução aos recursos cíveis e à ação rescisória**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 22.

¹⁸ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **AgRg no REsp 1337341/ES**. Terceira Turma. Relator: Min. Paulo Tarso Sanseverino, julgado em 20 de fevereiro de 2014, DJe de 10 de março de 2014. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/68366880/stj-01-04-2014-pg-2335>>. Acesso em: 20 março 2014.

¹⁹ SOUZA, op. cit., p. 22.

²⁰ Art. 544: Não admitido o recurso extraordinário ou o recurso especial, caberá agravo nos próprios autos, no prazo de 10 (dez) dias. VADE MECUM. **Lei 5.869 de 11 de janeiro de 1973**. São Paulo: Saraiva, 2013, p. 413.

Caso contrário, se o exame de admissibilidade do recurso especial feito pelo tribunal de origem for positivo, o recurso será diretamente remetido ao Superior Tribunal de Justiça, que se o conhecer analisará o mérito da questão discutida nos autos.

Assim, a doutrina classifica os requisitos de admissibilidade do recurso especial como requisitos comuns e específicos. Os comuns são aqueles inerentes a todos os recursos, sejam eles: cabimento, legitimidade recursal, interesse recursal, regularidade formal, inexistência de fato impeditivo e modificativo do poder de recorrer, tempestividade e preparo recursal.²¹

Os requisitos de admissibilidade comuns são classificados pela doutrina em: intrínsecos e os extrínsecos. Os intrínsecos estão ligados ao cabimento, a legitimação recursal, o interesse recursal e a inexistência de fato impeditivo e modificativo do poder de recorrer, ou seja, são aqueles referentes à própria existência de recorrer. Já os extrínsecos são aqueles relativos ao modo de exercer tal poder.

O cabimento do recurso especial, consoante previsto na Constituição Federal (art. 105, III) ocorrerá quando as causas tenham sido decididas em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios. Nesse sentido, apenas será cabível interpor recurso especial caso haja o esgotamento na instância ordinária dos meios de impugnação da decisão atacada, conforme entendimento jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça no AgRg no AREsp 438.682/RO de Relatoria do Ministro Marco Buzzi:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO (ARTIGO 544 DO CPC) - RECURSO ESPECIAL QUE DESAFIA DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU SEGUIMENTO A AGRAVO REGIMENTAL ANTE A INAPLICABILIDADE DA FUNGIBILIDADE RECURSAL - AUSÊNCIA DE EXAURIMENTO DAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS - INCIDÊNCIA DA SÚMULA 281/STF.

[...]

2. O Superior Tribunal de Justiça é competente para julgar as causas decididas em única ou última instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos Tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, nos termos do artigo 105, III, da Constituição Federal. Carece de pressuposto de admissibilidade o recurso especial interposto sem o prévio esgotamento dos

²¹ SERAU JÚNIOR, Marco Aurélio; REIS, Silas Mendes dos Reis. **Recursos especiais repetitivos no STJ**. 1. ed. São Paulo: Método, 2009, p. 38.

recursos cabíveis na instância ordinária, conforme óbice da Súmula 281/STF.

3. Agravo regimental desprovido, com aplicação de multa.

(AgRg no AREsp 438.682/RO, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 25/02/2014, DJe 06/03/2014)²²

A legitimidade recursal será da parte vencida da ação, do Ministério Público e de terceiros interessados, conforme dispõe o artigo 499 do Código de Processo Civil. Já o interesse de recorrer, no entendimento de Marco Aurélio Serau Junior e Silas Mendes dos Reis, ocorre quando a parte sucumbente prevê a necessidade de obter situação mais proveitosa e vantajosa daquela definida pela decisão impugnada.²³

Os fatos impeditivos ou extintivos do direito de recorrer são aqueles que não deverão existir para que o recurso seja conhecido pelo tribunal de origem. Segundo Fredie Didier Júnior, são considerados requisitos negativos de admissibilidade.²⁴

A desistência do recurso, a sentença homologatória da desistência da ação, o reconhecimento da procedência do pedido a renúncia ao direito sobre o que se funda a ação e a ausência de depósito de multa processual de pagamento imediato²⁵. A renúncia recursal e a aceitação da decisão, sejam elas expressas ou tácitas, são modos extintivos do direito de recorrer.²⁶

A tempestividade, a regularidade formal e o preparo são requisitos de admissibilidade comuns extrínsecos.

Quando à tempestividade, o recurso especial deverá ser interposto no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da publicação do acórdão proferido pelo Tribunal

²² BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **AgRg no AREsp438.682/RO**. Quarta Turma. Relator: Min. Marco Buzzi, julgado em 25 de fevereiro de 2014, DJe 06 de março de 2014. Disponível em: <<http://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/24975171/agravo-regimental-no-agravo-em-recurso-especial-agrg-no-aresp-438682-ro-2013-0391178-6-stj/inteiro-teor-24975172>>. Acesso em: 20 março 2014.

²³ SERAU JÚNIOR, Marco Aurélio; REIS, Silas Mendes dos Reis. **Recursos especiais repetitivos no STJ**. 1. ed. São Paulo: Método, 2009, p. 40.

²⁴ DIDIER JÚNIOR, Fredie; Cunha, Leonardo José Carneiro da. **Curso de Direito processual civil: meios de impugnação às decisões judiciais e processo nos tribunais**. 12. ed. Salvador: JusPODIVM, 2014, v. 3. p. 49.

²⁵ SOUZA, Bernardo Pimentel. **Introdução aos recursos cíveis e à rescisória**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 52.

²⁶ SERAU JÚNIOR, Marco Aurélio; REIS, Silas Mendes dos Reis. **Recursos especiais repetitivos no STJ**. 1. ed. São Paulo: Método, 2009, p. 40.

Regional Federal ou pelo Tribunal Estadual. Desta forma, o recurso especial não será conhecido caso não seja apresentado dentro do prazo estabelecido, conforme se vê:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.
RECURSO ESPECIAL INTEMPESTIVO. INOVAÇÃO RECURSAL.
IMPOSSIBILIDADE. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. Não se conhece de recurso especial interposto fora do prazo legal de 15 (quinze) dias.

[...]

3. Agravo regimental improvido.

(AgRg no AREsp 418.764/MG, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, QUINTA TURMA, julgado em 04/02/2014, DJe 11/02/2014)²⁷

A regularidade formal está contida e expressa no artigo 541 do Código de Processo Civil²⁸, também é requisito obrigatório para que se conheça do apelo especial. Assim, a petição de recurso especial deve ser apresentada perante o tribunal de origem e ao presidente ou vice-presidente através de uma peça autônoma. Deverá conter também as razões recursais que serão obrigatoriamente direcionadas ao Superior Tribunal de Justiça, expondo detalhadamente as razões de fato e de direito da questão a ser discutida. A demonstração do cabimento do apelo especial, a razão por que deve ser reformada a decisão atacada e o pedido de um novo julgamento também são requisitos formais e indispensáveis na petição do recurso especial.

O preparo recursal deverá ser demonstrado pela parte recorrente através do comprovante de pagamento das custas recursais devidas e do porte de remessa e retorno, os quais deverão ser apresentados no ato de interposição do recurso especial. O esquecimento de

²⁷ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **AgRg no AREsp 418.764/MG**. Quinta Turma. Relator: Min. Moura Ribeiro, julgado em 04 de fevereiro de 2014, DJe de 11 de fevereiro de 2014. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/67278670/stj-10-03-2014-pg-1168>>. Acesso em: 20 março 2014.

²⁸ Art. 541: O recurso extraordinário e o recurso especial, nos casos previstos na Constituição Federal, serão interpostos perante o presidente ou o vice-presidente do tribunal recorrido, em petições distintas, que conterão: I - a exposição do fato e do direito; II - a demonstração do cabimento do recurso interposto; III - as razões do pedido de reforma da decisão recorrida. III - as razões do pedido de reforma da decisão recorrida. VADE MECUM. **Lei 5.869 de 11 de janeiro de 1973**. São Paulo: Saraiva, 2013, p. 411.

comprovação do pagamento de custas recursais torna impossível o conhecimento do recurso, de acordo com a Súmula nº 187 do Superior Tribunal de Justiça²⁹.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EFEITOS INFRINGENTES. RECURSO CONHECIDO COMO AGRAVO REGIMENTAL. PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE. RECOLHIMENTO DE TAXA JUDICIÁRIA LOCAL E DO PORTE DE REMESSA E RETORNO DOS AUTOS. DESERÇÃO RECONHECIDA NA INSTÂNCIA A QUO. AUSÊNCIA DE PREPARO. PRAZO PARA REGULARIZAÇÃO.

INAPLICABILIDADE. SÚMULA 187/STJ.

1. No ato da interposição do recurso especial, deve ser comprovado o recolhimento do preparo, consubstanciado no pagamento das custas locais (se houver) e do Superior Tribunal de Justiça (Lei n.11.636/2007), bem como do porte remessa e retorno dos autos (a depender do Tribunal de origem), sob pena de deserção, à luz do entendimento cristalizado na Súmula 187/STJ: "É deserto o recurso interposto para o Superior Tribunal de Justiça, quando o recorrente não recolhe, na origem, a importância das despesas de remessa e retorno dos autos".
2. No presente caso, não foram recolhidos o valor estipulado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, que deveriam ter sido recolhidos através da GRERJ (guia de recolhimento do Estado do Rio de Janeiro), bem como a quantia relativa ao porte de remessa e retorno dos autos.
3. Ademais, a hipótese em apreço diz respeito à falta de comprovação do recolhimento da rubrica referente às custas locais e do porte de remessa e retorno dos autos e não de insuficiência de seu valor a ensejar a abertura de prazo para sua complementação, nos termos do art. 511, § 2º do CPC.
4. O recurso revela-se manifestamente infundado, devendo ser aplicada a multa prevista no art. 557, § 2º, do CPC.
5. Embargos de declaração recebidos como agravo regimental a que se nega provimento, com aplicação de multa.

(EDcl no AREsp 466.649/RJ, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 25/02/2014, DJe 06/03/2014)³⁰

Quando a parte não apresentar o preparo recursal, não poderá juntar o comprovante posteriormente, mesmo que o pagamento tenha sido realizado dentro do prazo.

²⁹ Súmula 187 do STJ: É deserto o recurso interposto para o Superior Tribunal de Justiça, quando o recorrente não recolhe, na origem, a importância das despesas de remessa e retorno dos autos.

³⁰ BRASIL, Superior Tribunal de Justiça. **EDcl no AREsp 466.649/RJ**. Quarta Turma. Relator: Min. Luis Felipe Salomão, julgado em 25 de fevereiro de 2014, DJe de 06 de março de 2014. Disponível em: <<http://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/24975197/embargos-de-declaracao-no-agravo-em-recurso-especial-edcl-no-aresp-466649-rj-2014-0015218-4-stj/inteiro-teor-24975198>> Acesso em: 20 março 2014.

Os requisitos de admissibilidade específicos são aqueles requisitos particulares e imprescindíveis para o conhecimento do recurso especial. Assim, tais requisitos trazem que a decisão atacada deverá ser proferida por tribunal, a matéria discutida deverá se unicamente de direito federal, deverá haver o esgotamento dos meios recursais ordinários, a matéria não poderá conter reexames de fatos e a matéria debatida terá que ser prequestionada.

O prequestionamento é um requisito de admissibilidade onde se exige que a decisão recorrida tenha ventilado a matéria objeto do recurso, ou seja, conforme o *caput* do artigo 105 da Constituição Federal, só é cabível recurso especial quando a causa já tiver sido discutida e julgada previamente pelo tribunal de origem, não bastando apenas que a matéria tenha sido suscitada pela parte.

Cabe ressaltar que não há necessidade da decisão recorrida conter expressamente o dispositivo legal referente à questão discutida na controvérsia, mas sim que a questão federal ou constitucional seja ventilada para ser objeto de apreciação no recurso especial ou extraordinário. Portanto, o requisito do prequestionamento não é atendido quando a questão federal somente é ventilada no voto do relator, conforme prevê a Súmula 320 do Superior Tribunal de Justiça.

Há a necessidade de que a questão tenha sido apreciada pelo tribunal de origem, mesmo que haja apresentação de embargos de declaração pela parte recorrente, entendimento este sumulado pelo Superior Tribunal de Justiça em sua Súmula nº 211.

Pode-se falar em três tipos de prequestionamento, sejam eles: o explícito, o implícito e o ficto. O primeiro deles ocorre quando é possível obter do acórdão impugnado pronunciamento sobre as teses jurídicas em torno dos dispositivos legais supostamente violados, mesmo que eles não estejam expressamente contidos no texto da decisão recorrida. O prequestionamento implícito é aceito pelo STJ, assim como o explícito também, e nele não há debate na decisão recorrida acerca dos preceitos legais que a parte alega terem sido violados. Os dispositivos legais ficam omissos na decisão recorrida. Por último, no prequestionamento ficto considera-se já decidida a matéria quando a matéria federal, a qual será discutida através do recurso especial, não é julgada no acórdão recorrido mesmo após a interposição de embargos declaratórios. Esse terceiro tipo de prequestionamento não é aceito pelo STJ, posto que este tribunal entende não ser suficiente a simples oposição dos embargos de declaração para se verificar o requisito do prequestionamento, há neste caso a necessidade

do tribunal de origem emitir, previamente e efetivamente, juízo de valor acerca da matéria federal debatida na controvérsia.

Verifica-se que tal pressuposto de admissibilidade é requisito obrigatório para que o tribunal superior conheça do recurso interposto pela parte, assim como os demais requisitos de admissibilidade acima demonstrados.

2.3 Processamento

Seguindo as hipóteses de cabimento do recurso especial e caso as partes tenham legitimidade e interesse recursal, poderão interpor tal meio processual perante o presidente ou o vice-presidente do tribunal recorrido no prazo de quinze dias contados da data da publicação da decisão de única ou última instância proferida pelos Tribunais Regionais Federais ou Tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, conforme dispõe o artigo 508 do Código de Processo Civil.

Para a interposição do recurso especial, deve-se efetuar o pagamento das custas recursais como requisito importante e indispensável para a sua admissibilidade. A prova do pagamento deverá ser realizada no momento da interposição do recurso, ou seja, no Tribunal de origem no prazo de quinze dias, conforme prevê o artigo 10 da Lei nº 11.636/07.³¹

O § 3º do artigo 542 do Código de Processo Civil traz a possibilidade da existência de recurso especial retido. Caso o recurso especial seja interposto contra decisão interlocutória em processo de conhecimento, cautelar ou embargos à execução permanecerá

³¹ Art. 10, Lei nº 11.636/07: Quando se tratar de recurso, o recolhimento do preparo, composto de custas e porte de remessa e retorno, será feito no tribunal de origem, perante as suas secretarias e no prazo da sua interposição. Parágrafo único. Nenhum recurso subirá ao Superior Tribunal de Justiça, salvo caso de isenção, sem a juntada aos autos do comprovante de recolhimento do preparo. BRASIL. **Lei 11.636, de 28 de dezembro de 2007**. Dispõe sobre as custas judiciais devidas no âmbito do Superior Tribunal de Justiça. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11636.htm>. Acesso em: 20 março 2014.

retido nos autos e somente será processado se a parte o reiterar, no prazo para a apresentação do recurso contra a decisão final ou para contrarrazões.

Em situações em que há antecipação de tutela ou concessão de liminar, a parte recorrente não poderá interpor recurso especial na forma retida. Destarte, a retenção poderá ser impugnada por meio agravo de instrumento ou ação cautelar inominada ao Tribunal competente, haja vista a existência de dano irreparável à parte recorrente.

De acordo com o § 2º do artigo 542 do Código de Processo Civil o recurso especial será recebido apenas no efeito devolutivo, ou seja, os efeitos da decisão recorrida não serão suspensos. Nesse sentido, o instrumento cabível para combater a decisão de recebimento do recurso especial será a medida cautelar, a qual deverá conter os fundamentos imprescindíveis para a sua concessão, sejam eles, *fumus boni iuris* e *periculum in mora*. Tal medida buscará apenas a atribuição do efeito suspensivo ao recurso especial.

Em respeito ao princípio do contraditório e da ampla defesa, após o recebimento do recurso pela secretaria do Tribunal, é assegurado ao recorrido apresentar suas contrarrazões no prazo de quinze dias. Após isso, o presidente ou vice-presidente do tribunal recorrido fará em decisão fundamentada o exame de admissibilidade do recurso especial, também no prazo de quinze dias, consoante dispõe o § 1º do artigo 542 do Código de Processo Civil.

Caso o recurso especial não seja admitido, o artigo 544 do Código de Processo Civil assegura à parte recorrente o direito de interpor agravo nos próprios autos, no prazo de dez dias. Ao contrário disso, se o apelo especial for admitido, os autos serão diretamente encaminhados ao Superior Tribunal de Justiça para prosseguimento do seu julgamento.

Havendo interposição do agravo previsto no artigo 544, será aberto prazo para a outra parte apresentar suas contrarrazões ao recurso. Após isso, os autos serão remetidos ao Superior Tribunal de Justiça para que ocorra o julgamento do agravo.

Ao receber o agravo, o relator poderá de acordo com o § 3º do artigo 544 do Código de Processo Civil: admitir e dar provimento ao recurso, reconhecendo assim a admissibilidade do apelo especial, o qual subirá ao Superior Tribunal de Justiça para ser julgado; determinar a conversão do recurso, caso o instrumento tenha os elementos

necessários ao julgamento do mérito da questão, o que observará, daí para frente, o procedimento do recurso especial; conhecer do agravo para dar provimento ao recurso especial, ao examinar que o acórdão recorrido encontra-se em confronto com súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça; ou rejeitar o agravo.

Em alguns casos, antes do recurso especial ser distribuído, o presidente do tribunal poderá negar seguimento ao apelo que for manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou confrontar com súmula ou jurisprudência dominante no tribunal ou poderá dar provimento ao recurso, caso o acórdão recorrido estiver em confronto com súmula ou jurisprudência dominante no Tribunal.

Tal procedimento está previsto no artigo 557 do Código de Processo Civil e tem por finalidade principal diminuir a quantidade de demandas nos tribunais superiores.

Cabe colocar ainda que a parte recorrente poderá alegar em seu recurso violação a duas das três alíneas contidas no artigo 105 da Constituição Federal. Como exemplo, são os casos em que a parte alega que a decisão recorrida contrariou tratado ou lei federal e ao mesmo tempo deu a lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro tribunal. Assim, nestes casos poderá acontecer do presidente admitir o recurso apenas com base em uma das violações apresentadas.

A parte insatisfeita poderá agravar da decisão de admissibilidade, conforme assegura o artigo 544 do Código de Processo Civil. Ocorre que alguns doutrinadores não vêem a necessidade de interposição do agravo previsto no referido dispositivo legal, tendo em vista que os autos serão encaminhados normalmente ao tribunal superior para julgamento do apelo especial e que não ocorrerá preclusão já que o recurso sofrerá novo exame de admissibilidade pelo Superior Tribunal de Justiça, o qual poderá reavaliar a matéria.

Contudo, o agravo será apresentado nos próprios autos do processo, não havendo mais a necessidade de formação de um instrumento através da juntada das cópias de documentos considerados indispensáveis para o conhecimento do referido recurso. Tal recurso será julgado da maneira estabelecida pelo regimento interno do Superior Tribunal de Justiça.

Por fim, da decisão do relator que não conhecer do recurso de agravo, negar-lhe provimento, ou decidir, desde logo, o recurso não admitido na origem, caberá agravo interno no prazo de cinco dias ao órgão competente para o julgamento do recurso.

Diante do procedimento acima explanado dos recursos especiais, cabe agora demonstrar as hipóteses de cabimento de tais recursos para que eles possam ser devidamente admitidos e posteriormente processados e julgados no Superior Tribunal de Justiça.

3 RECURSO ESPECIAL REPETITIVO: ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO QUE O INSTITUI E IMPLICAÇÕES DE SEU PROCEDIMENTO

3.1 A Lei 11.672/08 e Resolução nº 8/2008 do STJ

A Lei 11.672/2008³² e a Resolução n.º 8/2008³³ do Superior Tribunal de Justiça disciplinam o novo procedimento para o julgamento dos recursos especiais no âmbito deste tribunal, o qual tem a finalidade de acelerar a tramitação processual das causas que possuem similaridade de matéria federal e que serão encaminhadas ao STJ, reprimindo assim a burocracia antiga e dando ênfase a efetividade da prestação jurisdicional.

Assim entende Fabiano Haselof Vancanover:

“O termo médio aqui referido pode ser obtido com base na noção de que a duração razoável é materializada no momento em que o jurisdicionada obtém a tutela jurisdicional de forma tempestiva e adequada para o caso em concreto, o que pode ser visualizado com as modificações na seara processual civil subsequentes à EC 45/2004, com destaque as Leis

³² A Lei 11.672, de 08.05.2008, foi publicada no DOU no dia 09.05.2008, acrescenta ao Código de Processo Civil o art. 543-C, que passa a disciplinar o procedimento para o julgamento dos “recursos especiais repetitivos” no âmbito do STJ. TAVARES JUNIOR, Homero Francisco. Recursos especiais repetitivos: aspectos da Lei 11.672/2008 e da Res. 8/2008 do STJ. **Revista de Processo**. São Paulo, v. 33, n. 166, dez. 2008, p. 190.

³³ A Res. 8, de 07.08.2008, revogou expressamente a Res. 7, de 14.07.2008, assinada pelo então presidente do STJ, Min. Humberto Gomes de Barros, que traçava diretrizes mais “amplas” ao processamento e julgamento dos recursos especiais repetitivos e tinha o escopo de racionalizar os trabalhos do STJ.

11.418/2006 e 11.672/2008, que introduziram o rito dos recursos repetitivos para solução em massa dos recursos extraordinário e especial, verdadeiros filtros recursais a conferir mais efetividade na atividade do Estado-juiz.”³⁴

A partir da introdução do art. 543-C ao Código de Processo Civil pela Lei n. 11.672/2008, a forma de prestação jurisdicional a ser conferida pelos Tribunais Superiores passou a sofrer uma modificação pontual naqueles casos onde presente uma multiplicidade de recursos abordando a mesma matéria jurídica.³⁵

Assim, em busca de um sistema processual mais seguro e célere, a Reforma de 2008, que inseriu o art. 543-C no CPC, dispositivo legal que dispõe acerca dos recursos repetitivos, autorizou o legislador ao sobrestamento de recursos especiais que tenham “fundamento em idêntica questão de direito”. Procurou-se, de alguma maneira, aproximar tal procedimento daquele previsto no art. 543-B do CPC, que trata do processamento dos recursos extraordinários sob o enfoque do instituto processual da repercussão geral.

Acerca da origem do recurso repetitivo, explica Hélio Silveiro:

“Claramente inspirada no procedimento de uniformização de jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, o recurso repetitivo nasceu de debates internos do Instituto Brasileiro de Direito Processual – IBDP, por sugestão do Ex-Ministro Athos Gusmão Carneiro, para alteração da técnica de julgamento do recurso especial sendo implementado por meio da Lei 11.672, de 08.05.2008, a qual introduziu o art. 543-C no CPC.”³⁶

O Ministro de Justiça Tarso Genro, cuja relatoria na Câmara dos Deputados coube ao Deputado Maurício Rands, apresentou a Exposição de Motivos do Projeto de Lei n.º 1.213/2007³⁷, a qual deixa claro que a preocupação principal do legislador estava em reduzir o número excessivo de recursos especiais, muitas vezes versando sobre a mesma matéria e com isto, indiretamente, promover uma prestação jurisdicional mais célere. Isso porque, o excesso

³⁴ VALCANOVER, Fabiano Haselof. A efetividade da prestação jurisdicional e o rito dos recursos repetitivos como filtro recursal. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 216, n. 38, fev. 2013, p. 449.

³⁵ Ibidem, p. 111.

³⁶ CAMPOS, Hélio Silveiro Ourém. Recurso Especial Repetitivo: Paradigma e Segurança Jurídica. **Revista Tributária e de finanças públicas**, São Paulo, v. 20, mar./abr. 2012, p. 372.

³⁷ O presente anteprojeto inspira-se no procedimento previsto na Lei 11.418/2006 que criou mecanismo simplificando o julgamento de recursos múltiplos fundados em idêntica matéria, no STF.” CAMPOS, Hélio Silveiro Ourém. Recurso Especial Repetitivo: Paradigma e Segurança Jurídica. **Revista Tributária e de finanças públicas**, São Paulo, v. 20, n. 103, mar./abr. 2012, p. 373.

de recursos impede a apreciação coerente e adequada de qualquer matéria e a sua redução é um meio para atingir a efetividade e celeridade almejada pela carta constitucional.

Com o grande volume de processos que eram remetidos ao Supremo Tribunal Federal, era impossível julgá-los com rapidez e eficácia, o que acarretou na morosidade da justiça e o descontentamento dos jurisdicionados.

A busca do projeto não foi exclusivamente a redução de recursos, mas sim realçar a coragem de enfrentar a questão de forma objetiva sem deixar de lado os princípios constitucionais de celeridade, eficácia e segurança jurídica.

Com o acréscimo do art. 543-C ao Código de Processo Civil pela Lei n. 11.672/08 procurou-se diminuir a esfera de recursos levados ao Superior Tribunal de Justiça. Além disso, tal Lei ao regulamentar o procedimento a ser adotado aos recursos especiais repetitivos, previsto no art. 543-C do CPC, introduziu o referido dispositivo ao texto legal a fim de uniformizar e estabilizar a jurisprudência no âmbito daquele Tribunal.

O advogado da União Marcos Luiz da Silva afirma sobre o novo procedimento introduzido pela Lei n. 11.672/08:

“Ainda que estejamos apenas no princípio desse debate, nos parece que tal procedimento guarda grande semelhança com o instituto das "súmulas vinculantes", na medida em que determina a adoção do julgado pelo STJ, com a denegação dos recursos que contrariem o entendimento estabelecido pela Corte. Nesse aspecto, a decisão do STJ ganha força de vinculação com relação aos demais Recursos Especiais em tramitação na Corte, de modo a que os demais relatores não tenham mais a autonomia para julgar os recursos, e tenham que se amoldar, de forma impositiva, ao entendimento adotado pela Corte. Contudo, há uma questão que terminar por afastar a natureza vinculante: os tribunais inferiores devem reexaminar a matéria, mas não estão obrigados a julgar em pleno acordo com a decisão do STJ, de modo que o Recurso Especial deverá ter sua admissibilidade apreciada por aquela Corte. Ora, se não é obrigatória a adoção do julgado do STJ, a força vinculante do acórdão é de alcance limitado ao âmbito de competência do próprio STJ, servindo apenas como diretriz de julgamento aos Tribunais Federais e de Justiça dos Estados.”³⁸

Com o surgimento da Lei dos Recursos Repetitivos, a qual objetivou buscar a celeridade no trâmite de recursos sobre questões repetitivas e da prestação jurisdicional, há com isso um fortalecimento na jurisprudência do STJ, visto que inúmeras demandas federais

³⁸ SILVA, Marcos Luiz da. **Julgamento de recursos repetitivos no âmbito do STJ. Alterações instituídas pela Lei nº 11.672/2008**, 2008. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/11267/julgamento-de-recursos-repetitivos-no-ambito-do-stj>>. Acesso em: 09 abril 2014.

serão apreciadas em conjunto em face do julgamento de um recurso especial que servirá como paradigma dos demais casos sobrestados no tribunal de origem.

Cabe colocar que a Lei dos Recursos Repetitivos buscou também garantir a dinâmica de modernização adotada pelo novo tribunal, atribuindo ao Superior Tribunal de Justiça apenas matérias que versem unicamente sobre matéria de direito federal.

Segundo dados disponibilizados pelo Superior Tribunal de Justiça:

“[...] nos primeiros seis meses de vigência da Lei 11.672/2008 houve diminuição de 37,92% no número de processos que chegaram à corte. No segundo semestre de 2008, foram registrados 19.990 recursos especiais, enquanto no mesmo período do ano anterior foram 32.202.”³⁹

Nesse sentido, argumentam Daniel Castro Gomes da Costa e André Puccinelli Júnior:

“Indispensável consignar que o Superior Tribunal de Justiça teve um importante papel neste calvário, uma vez que em cumprimento a Lei n. 11.672/08, baixou a Resolução nº 08/2008, a qual aperfeiçoou e facilitou a aplicação da técnica de julgamento dos recursos repetitivos, preenchendo as lacunas do legislador e possibilitando que os resultados práticos fossem obtidos num lapso temporal tão exíguo.”

O Min. Humberto Gomes de Barro opina que a Lei 11.672/2008 constituiu o mais poderoso instrumento processual capaz de apoiar o STJ na sua função uniformizadora da lei federal. Assim, nas palavras do Ministro:

“O projeto sancionado representa uma carta de alforria par ao STJ. Em 2007, o tribunal julgou mais de 330 mil processos, dos quais 74% referiam-se a questões já pacificadas na corte. Nos últimos três anos, além do tempo dos ministros, foram gastos R\$ 175 milhões com o julgamento de recursos repetitivos. Esses processos lotam os gabinetes e dificulta o julgamento de matéria de maior interesse da sociedade.

[...] Além de acarretar grande economia, a nova norma legal evitará que litigantes de má-fé valham-se do Poder Judiciário para se locupletarás custas dos cidadãos de bem.”⁴⁰

³⁹ LEI dos repetitivos reduz demanda ao STJ em 38%, 2012. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2012-jul-22/seis-meses-lei-recursos-repetitivo-reduz-demanda-stj-38#top>>. Acesso em: 01 de junho 2014.

⁴⁰ TAVARES JUNIOR, Homero Francisco. Recursos especiais repetitivos: aspectos da Lei 11.672/2008 e da Res. 8/2008 do STJ. **Revista de Processo**. São Paulo, v. 33, n.166, dez. 2008, p. 190-191.

Explica o Prof. João Moreno Pomar, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul:

“A alquimia é a mesma da repercussão geral prevista no art. 543-B do CPC, com variação dos elementos da forma, e se destina a reunir e sobrestar na origem recursos especiais quando conexos em relação à matéria, subindo ao STJ apenas um ou alguns representativos da controvérsia e que ensejarão efeito vinculante ou parâmetro ao julgamento dos sobrestados.”⁴¹

O legislador teve a intenção de estender aos recursos especiais repetitivos, que aportam em grande volume no STJ, as mesmas idéias trazidas pelo art.543-B do CPC, que traz o exame do requisito da repercussão geral no sistema jurídico. Estes dois institutos processuais buscam uma prestação jurisdicional mais eficiente e célere, em cumprimento ao princípio da razoável duração do processo.

Em seu entendimento acerca das diretrizes para admissão dos recursos especiais repetitivos, previstas no art. 1º da Resolução nº2008⁴², Homero Francisco Tavares Junior:

“O que importa, no entanto, é que apenas um, ou, na melhor das hipóteses, dois ou três recursos especiais é que serão escolhidos pelo presidente do tribunal de origem para provocar o exame do STJ a respeito da matéria de direito que se apresenta repetitiva.

[...]

Em simples palavras, a escolha deverá recair sobre o processo que examinar a matéria de direito controvertida (e repetitiva) da maneira mais ampla possível, que sob o ponto de vista do órgão julgador do tribunal, quer sob o ponto de vista da parte recorrente.”⁴³

Verifica-se, assim, que a Lei 11.672/08, de 08.05.2007, que alterou o procedimento dos recursos especiais, apresentou sensível avanço para o desempenho da tarefa de julgamento dos recursos especiais.

⁴¹ Ibidem, p. 192-193.

⁴² “[...] dispõe o art. 1.º, § 1.º da Res. 8/2008 que serão selecionados pelo menos um processo de cada relator e, dentre esses, os que contiverem maior diversidade de fundamentos no acórdão e de argumentos no recurso especial.”

⁴³ TAVARES JUNIOR, Homero Francisco. Recursos especiais repetitivos: aspectos da Lei 11.672/2008 e da Res. 8/2008 do STJ. **Revista de Processo**. São Paulo, v. 33, n.166, dez. 2008, p. 195-196.

Inicialmente, foi apresentada uma proposta legislativa pelo Instituto Brasileiro de Direito Processual – IBDP com a finalidade de aplicar a mesma técnica de julgamento do Supremo Tribunal Federal, conforme o artigo 543-B do CPC, no âmbito dos recursos especiais repetitivos, com o objetivo de diminuir o número de recursos em trâmite no STJ e possibilitar o cumprimento da promessa constitucional prevista no inciso LXXVIII do artigo 5º da Constituição Federal de 1988⁴⁴.

A Resolução 8/2008 do STJ, a qual estabelece os procedimentos relativos ao processamento e julgamento de recursos especiais repetitivos, entrou em vigor em 08 de agosto de 2008 e trouxe em seu texto o trâmite destes recursos nos tribunais recorridos, regulamentando os critérios de seleção dos recursos especiais representativos da controvérsia que serão remetidos ao Superior Tribunal de Justiça bem como a suspensão dos demais feitos que serão suspensos até o advento do pronunciamento definitivo no acórdão paradigma.

Dentro desse contexto, observa-se que o procedimento dos recursos repetitivos, trazido pela Lei n. 11.672/08 e disciplinado pela Resolução nº 08/2008 do STJ, permite que o tribunal superior infraconstitucional, ao destinar sua aplicação do direito em casos mais complexos, deixe de analisar milhares de processos que versem sobre uma mesma matéria de direito federal e que terão o mesmo resultado.⁴⁵

Esse fator negativo do procedimento dos recursos repetitivos não afasta a idéia de que ele “cumpriu com o louvor o que foi proposto pelo legislador, ou seja, trouxe maior celeridade e efetividade ao processo.”⁴⁶

Assim, verifica-se que tanto a Lei 11.672/08 quanto a Resolução 8/2008 do STJ são regulamentos legais importantes para o estudo do instituto processual dos recursos repetitivos. Pode-se dizer ainda que com esses dois regulamentos um novo requisito de admissibilidade foi imposto ao recurso especial, visto que os apelos especiais com matérias idênticas ficam impedidos de subir ao Superior Tribunal de Justiça.

⁴⁴ Art. 5º, inc. LXXVIII: a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação. BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 23 março 2014.

⁴⁵ COSTA, Daniel Castro Gomes; JÚNIOR, André Puccinelli. **Estudos Contemporâneos de Direito Público**: em homenagem ao Ministro Cesar Asfor Rocha. 1. ed. São Paulo: Pillares, 2010, p. 112.

⁴⁶ Ibidem, p. 113.

3.2 A matéria repetitiva

O artigo 543-C do Código de Processo Civil prevê dois requisitos necessários para que haja o julgamento dos recursos especiais pelo procedimento dos recursos repetitivos, sejam eles: a multiplicidade de recursos e a idêntica questão de direito.

Será necessário que o julgador escolha entre esses recursos os que servirão de recurso paradigma a todos os outros recursos especiais sobrestados no tribunal de origem. Assim, quando houver a admissão de um ou mais recursos representativos da controvérsia, o julgador deverá escolher como paradigma aquele recurso especial que contenha em sua questão central a correta aplicação e interpretação do direito infraconstitucional.

A seleção do paradigma ou recurso “piloto” deverá abarcar aquele recurso que conter maior quantidade possível de argumentos.

Nesse sentido, José Miguel Garcia Medina traz características importantes que deverão ser observadas para a escolha do recurso paradigma:

“Os recursos que serão selecionados e encaminhados ao STJ deverão conter, de modo completo, todos os fundamentos necessários à compreensão integral da questão de direito. Além disso, os recursos devem ser relacionados a um determinado problema jurídico, não se exigindo que tenham sido todos interpostos para que se acolha uma mesma tese. (...) É importante, no entanto, que, havendo recursos em sentido favorável ou contrário a uma dada orientação, sejam selecionados recursos que exponham, por inteiro, ambos os pontos de vista.”⁴⁷

Ressalta-se que com o aumento do número de demandas e as inúmeras decisões conflitantes dentro dos próprios Tribunais, muitas vezes decidem por listas de julgamento que lançam o jurisdicionado na busca por novos paradigmas de segurança.⁴⁸

⁴⁷ MEDINA, José Miguel Garcia. **Recursos no processo civil**. Prequestionamento e repercussão geral: e outras questões relativas aos recursos especial e extraordinário. 6. ed. São Paulo, 2012, v. 6, p. 346-347.

⁴⁸ CAMPOS, Hélio Silvio Ourém. Recurso Especial Repetitivo: Paradigma e Segurança Jurídica. **Revista Tributária e de finanças públicas**, São Paulo, v. 20, mar./abr. 2012, p. 365.

Assim, de acordo com Teresa Arruda Alvim Wambier, deve-se suscitar por padrões de decisão pautados por critérios comuns de modo a se valorizar o controle de previsibilidade.⁴⁹

Observado esse controle de previsibilidade, cabe ao presidente ou vice-presidente do tribunal de origem e ao Ministro relator no Superior Tribunal de Justiça escolher o recurso “piloto”, que ao ser julgado, servirá como precedente firmado para orientar julgamentos futuros e aqueles já então sobrestados no tribunal de origem. Tal escolha deverá ser importante para que se alcance o resultado esperado pela Lei dos Recursos Repetitivos.

Deve-se observar que a decisão do recurso paradigma será como tese definitiva e como última palavra em direito federal acerca de determinado assunto e por este motivo o julgador deverá se atentar à escolha do recurso representativo de controvérsia.

A matéria repetitiva deverá ter como característica a homogeneidade, pois o processo repetitivo não é adequado ao exame de processos com matérias fáticas e jurídicas, mas sim preocupa-se com a identidade de questão jurídica.

Assim, o recurso paradigma deverá conter relevância social, jurídica e econômica e caso não haja multiplicidade questionamentos, porém haja um recurso com aquela característica, haverá a possibilidade de julgamento de um recurso especial como representativo e controvérsia.

Cabe considerar que a matéria levada ao Superior Tribunal de Justiça deverá ser unicamente de direito, não havendo possibilidade de reexame de provas dos casos levados à este tribunal, conforme dispõe a Súmula nº 07 do Superior Tribunal de Justiça. Assim, é vedado a este tribunal, dentro de sua competência recursal especial, rever matéria de prova ou circunstâncias fáticas.

Diante disso, a matéria contida no recurso paradigma deverá ser unicamente de direito e deverá conter os melhores argumentos a respeito da interpretação a ser dada à legislação federal sob a apreciação do Superior Tribunal de Justiça⁵⁰, tendo em vista que um

⁴⁹ ARUDA ALVIM WAMBIER, 2010 apud CAMPOS, Hélio Silvio Ourém. Recurso Especial Repetitivo: Paradigma e Segurança Jurídica. **Revista Tributária e de finanças públicas**, São Paulo, v. 20, mar./abr. 2012, p. 372.

⁵⁰ SERAU JUNIOR, Marco Aurélio; REIS, Silas Mendes dos Reis. **Recursos especiais repetitivos no STJ**. 1. ed. São Paulo: Método, 2009, p. 51.

dos principais objetivos da Lei dos Recursos Repetitivos é trazer segurança jurídica para a sociedade.

Entretanto, o procedimento estabelecido pelo artigo 543-C do Código de Processo Civil será apenas condicionado às demandas que possuírem matérias exatamente iguais, tendo apenas as partes diferentes, mas possuindo causa de pedir e pedido idênticos.

Sendo assim, para que o procedimento dos recursos repetitivos não viole o princípio da segurança jurídica, o recurso paradigma deverá conter todos os fundamentos indispensáveis para a compreensão clara e integral da questão discutida. O recurso “piloto” deverá conter maior diversidade de fundamentos no acórdão e de argumentos no recurso especial, consoante dispõe o § 1º do artigo 1º da Resolução nº 08/2008 do Superior Tribunal de Justiça.

É importante mencionar que a seleção do recurso paradigma deverá observar os casos que versem sobre matéria de direito federal com o um número elevado de perspectivas argumentativas possíveis.

O efeito negativo do procedimento especial repetitivo é o distanciamento do julgador dos fatos de cada uma das demandas, aproximando-o apenas das situações abstratas. Por este motivo, é importante que o magistrado escolha de maneira cuidadosa e dentro dos critérios estabelecidos o recurso que servirá como paradigma dos demais sobrestados, atentando-se a analisar apenas a questão de direito e não a questão fática discutida.

Nesse sentido, entende Fabiano Haselof Vacannover:

“Não se olvida que é possível a realização da discussão acerca da segurança jurídica no rito dos recursos repetitivos, no momento em que se alcança a efetivação da tutela jurisdicional de modo indireto na maioria dos casos, considerando-se que apenas os recursos representativos da controvérsia é que serão submetidos ao exame pontual dos Tribunais Superiores, o que merece estudo próprio e apartado. Todavia, é necessário atentar para os efeitos positivos do rito processual diferenciado, considerando que julgados os casos paradigmas os demais feitos sobrestados nos tribunais de origem também passarão a ser concluídos.”⁵¹

⁵¹ VALCANOVER, Fabiano Haselof. A efetividade da prestação jurisdicional e o rito dos recursos repetitivos como filtro recursal. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 216, n. 38, fev. 2013, p. 451.

Neste ponto de vista, cabe questionar se a Lei dos Recursos Repetitivos de fato trouxe efetividade jurídica as partes de uma demanda, tendo em vista que com o procedimento trazido pelo artigo 543-C do Código de Processo Civil o julgador analisa todos os casos conjuntamente, deixando de analisar cada caso em si.

Ainda no entendimento de Fabiano Haselof Vancanover:

“Neste rumo, a referência à inafastabilidade de apreciação das demandas judiciais pelo Poder Judiciário não é apenas uma garantia constitucional dirigida de forma a colibir a atuação do legislador infraconstitucional na consecução de normas restritivas, mas antes pode ser considerada como o caminho que leva a efetivação da adequada tutela jurisdicional: qualificada e completa. Tais premissas estão relacionadas com a efetivação dos fundamentos e valores constitucionais apontados no início do texto constitucional, que devem dar sustento para o cesso ao Poder Judiciário, bem como garantir o prosseguimento da demanda sob tal prisma, dirigindo-se à obtenção do resultado final desejado pelas partes, qual seja, a solução do conflito de interesses que está submetido à apreciação de determinado órgão jurisdicional.”⁵²

Uma questão que merecer ser levantada é a respeito de qual matéria poderá ser levada ao recurso representativo da controvérsia, seja matéria já discutida, no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, ou não. Neste último caso, extrai-se que poderá ser alvo de matéria repetitiva casos em que o relator verificar que determinada questão federal acarretará grande relevância social, podendo gerar repercussão futura, e servirá como paradigma de outros processos os quais ainda serão ajuizados nos tribunais.

Contudo, indaga-se sobre a possibilidade, ou não, de escolher um recurso especial cuja tese jurídica seja relevante mas não exatamente reiterada, a fim de avaliar se poderá receber o mesmo tratamento que a Lei conferiu à matéria repetitivamente questionada em recurso especial.

Trata-se, neste último caso, de um incidente de resolução de demandas repetitivas que irá acelerar os julgamentos das demandas futuras, privilegiando a celeridade e a economia processual. Além disso, tal medida prestigiará a uniformização, bem como a estabilização da jurisprudência no âmbito do Superior Tribunal de Justiça.

⁵² Ibidem, p. 445.

Nesse sentido, o incidente de demandas repetitivas, este aplicado nos processos em trâmite no Superior Tribunal de Justiça, permitirá que o relator leve como matéria repetitiva tanto matéria já anteriormente debatida, quanto casos novos que poderão gerar grande repercussão no âmbito deste tribunal superior. Tal técnica processual valorizará o procedimento trazido pela Lei dos Recursos Repetitivos e buscará uniformizar mais ainda as teses discutidas no STJ.

É importante colocar que a matéria repetitiva deverá ser selecionada com cautela, ou seja, “é preciso que ela esteja inserida em um cenário homogêneo para a sua vinculação ao julgamento por *amostragem*. A homogeneidade do cenário deve levar em conta as normas e os fatos decisivos para o enfrentamento da questão jurídica”.⁵³

Luiz Guilherme, Aidar Bondioli entende que “não se exige que as demandas que estão na base dos recursos extraordinários ou especiais sejam rigorosamente iguais nem que esses recursos sejam no mesmo sentido. O que interessa é a identidade da questão jurídica ventilada nos recursos extraordinário ou especial e do material a ser utilizado para a sua análise.”⁵⁴

3.3 Admissibilidade do recurso especial repetitivo

Conforme demonstrado, os requisitos de admissibilidade do recurso especial são fatores essenciais para que o presidente ou vice-presidente dos tribunais regionais federais e dos tribunais estaduais conheçam do recurso interposto pela parte recorrente. Este primeiro juízo de admissibilidade é preliminar, pois cabe ao Superior Tribunal de Justiça pronunciar-se se os critérios de admissibilidade são, de fato, cabíveis para interposição do recurso especial.

Após preenchidos todos os requisitos de admissibilidade do recurso especial o presidente ou vice-presidente admitirá um ou mais recursos representativos da controvérsia,

⁵³ AIDAR, Luis Guilherme Bondioli. A nova técnica de julgamento dos recursos extraordinários e especial repetitivos. **Revista Jurídica**, Rio Grande do Sul, v. 387, n. 58, jan. 2010, p.32.

⁵⁴ Ibidem, p. 32.

os quais serão encaminhados ao Superior Tribunal de Justiça, ficando os demais suspensos até o pronunciamento definitivo do Tribunal, nos termos do § 1º do Art. 543-C, do Código de Processo Civil.

O recurso representativo da controvérsia deverá trazer em seu conteúdo fortes argumentos jurídicos necessários tanto para melhor compreensão do julgador, como maior alcance do objeto daqueles demais processos sobrestados, pois a matéria suscitada repetida deverá tocar amplamente os feitos que o aguarda.

Quanto à escolha da decisão recorrida, sua fundamentação é também crucial para a análise sobre a relação de vinculação necessária entre o que foi levado a juízo e o que foi decidido. A diversidade de fundamentos no acórdão recorrido enriquece a relação entre as normas conexas e viabiliza o direito de recurso.

Além disto, os demais recursos sobrestados no Tribunal de origem deverão sofrer exame de admissibilidade e ter seus requisitos devidamente preenchidos, tendo em vista que estes recursos só poderão ter suas matérias apreciadas desde que sejam conhecidos.

O juízo de admissibilidade do recurso especial repetitivo, realizado pelo presidente ou vice-presidente do tribunal ordinário, não tem nenhuma semelhança com o juízo de admissibilidade do recurso especial, embora esse segundo seja dependente do primeiro.

O recurso “piloto” ao chegar ao Superior Tribunal de Justiça passará pelo juízo de admissibilidade desta Corte Superior e, além disso, o Ministro relator deverá verificar de maneira cautelosa a conveniência e oportunidade para se dar prosseguimento ao procedimento previsto no artigo 543-C do Código de Processo Civil, devendo. Assim, observa-se que nem o juízo de admissibilidade do recurso especial e nem a escolha do recurso paradigma, ambos feitos pelo Superior Tribunal de Justiça, serão vinculados ao tribunal de origem.

Deve-se sopesar se a tese jurídica escolhida efetivamente tem sido discutida no tribunal local e, por consequência, tem dado ensejo à reiterada interposição de recurso especial.

Cabe observar que a Lei dos Recursos Repetitivos tem por objetivo desafogar o excessivo número de recursos que chegam no Superior Tribunal de Justiça e, bem

assim, desestimular uma cultura demandista. O resultado final dessa equação se traduz em minorar o tempo de discussão de uma tese jurídica, diante da definição pelo Superior Tribunal de Justiça.

O mesmo raciocínio deve ser adotado pelo Ministro quando elege um determinado recurso especial, sob sua relatoria, para que siga o rito da Lei dos Recursos Repetitivos.

Deve ser consignado que a quem é dado ser o guardião do direito federal pelo mandamento constitucional, não deve desprezar a posição geográfica que determina a necessidade de admissão do recurso especial (art. 542, § 1º, CPC), pois é inequívoco que esse proceder precede a aceitação do recurso como representativo de controvérsia (art. 543-C, § 1º, CPC).

3.4 O procedimento e julgamento dos recursos repetitivos no STJ

Com as mudanças ocorridas na ordem judiciária brasileira, entre elas o surgimento do Superior Tribunal de Justiça que passou a ter competência para apreciar as questões de matéria federal, temia-se pelo volume excessivo de processos que o novo tribunal deveria receber, anotando José Renato Nalini que “a amplitude das hipóteses em que cabível o recurso especial é passível de transformá-lo em recurso genérico, pois rara será a causa em que se não poderá alegar interpretação divergente da Lei Federal, entre outros tribunais”.⁵⁵

Com o intuito de diminuir o número de demandas encaminhadas ao Superior Tribunal de Justiça, as quais versem apenas de matéria infraconstitucional, acrescentou-se ao Código de Processo Civil um dispositivo legal que traria ao ordenamento jurídico um instituo processual que se assemelharia ao fenômeno da repercussão geral, previsto no artigo 543-B do CPC. Trata-se do mecanismo processual referente aos Recursos Repetitivos.

⁵⁵ MANCUSO, Rodolfo de Camargo. **Recursos no Processo Civil**: recurso extraordinário e recurso especial. 12. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012, v. 3, p. 111.

O novo instituto processual foi criado tendo em vista que a proliferação de processos similares desenvolve as chances de solução diferentes para situações semelhantes. Nesse sentido, é preciso neutralizar fatores negativos, como por exemplo, a otimização, efetividade e previsibilidade do processo.⁵⁶

O intuito do legislador foi criar mecanismos voltados à concentração, homogeneização, simplificação e aceleração nos julgamentos dos recursos especiais.⁵⁷

Assim, tal instituto prevê que quando houver a multiplicidade de recursos especiais que digam respeito a idênticas questões jurídicas, o órgão *a quo* selecionará um ou mais recursos representativos de controvérsia e os encaminhará ao STJ, sobrestando os demais até o julgamento final dos recursos selecionados (art. 543-C do CP). Casos estes recursos especiais selecionados não forem conhecidos, isso não importará, necessariamente, na inadmissibilidade dos recursos especiais sobrestados.⁵⁸

Geralmente, ao final, são selecionados dois ou mais recursos especiais representativos da controvérsia por cada tribunal local para envio ao Superior Tribunal de Justiça, afinal, é bem mais provável que os múltiplos aspectos suscitados por uma questão de direito possam ser demonstrados mais visivelmente num conjunto de recursos.⁵⁹

A multiplicidade de recursos com fundamento em idêntica questão de direito está contida no art. 543-C do Código de Processo Civil:

Art. 543-C. Quando houver multiplicidade de recursos com fundamento em idêntica questão de direito, o recurso especial será processado nos termos deste artigo.

§1º Caberá ao presidente do tribunal de origem admitir um ou mais recursos representativos da controvérsia, os quais serão encaminhados ao Superior Tribunal de Justiça, ficando suspensos os demais recursos especiais até o pronunciamento definitivo do Superior Tribunal de Justiça.

§2º Não adotada a providência descrita no §1º deste artigo, o relator no Superior Tribunal de Justiça, ao identificar que sobre a controvérsia já existe

⁵⁶ AIDAR, Luis Guilherme Bondioli. A nova técnica de julgamento dos recursos extraordinários e especial repetitivos. **Revista Jurídica**, Rio Grande do Sul, v. 387, n. 58, jan. 2010, p.28.

⁵⁷ Ibidem, p. 28.

⁵⁸ MEDINA, José Miguel Garcia. **Recursos no processo civil**. Prequestionamento e repercussão geral: e outras questões relativas aos recursos especial e extraordinário. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012, v. 6, p. 346.

⁵⁹ MARTINS, Samir José Caetano. O julgamento de recursos especiais repetitivos (lei nº 11.672/2008). **Revista Dialética de Direito Processual**, São Paulo, n. 64, jul.2008. p. 116.

jurisprudência dominante ou que a matéria já está afeta ao colegiado, poderá determinar a suspensão, nos tribunais de segunda instância, dos recursos nos quais a controvérsia esteja estabelecida.

§3º O relator poderá solicitar informações, a serem prestadas no prazo de quinze dias, aos tribunais federais ou estaduais a respeito da controvérsia.

§4º O relator, conforme dispuser o regimento interno do Superior Tribunal de Justiça e considerando a relevância da matéria, poderá admitir manifestação de pessoas, órgãos ou entidades com interesse na controvérsia.

§5º Recebidas as informações e, se for o caso, após cumprido o disposto no §4º deste artigo, terá vista o Ministério Público pelo prazo de quinze dias.

§6º Transcorrido o prazo para o Ministério Público e remetida cópia do relatório aos demais Ministros, o processo será incluído em pauta na seção ou na Corte Especial, devendo ser julgado com preferência sobre os demais feitos, ressalvados os que envolvam réu preso e os pedidos de habeas corpus.

§7º Publicado o acórdão do Superior Tribunal de Justiça, os recursos especiais sobrestados na origem: I - terão seguimento denegado na hipótese de o acórdão recorrido coincidir com a orientação do Superior Tribunal de Justiça; ou II – serão novamente examinados pelo tribunal de origem na hipótese de o acórdão recorrido divergir da orientação do Superior Tribunal de Justiça.

§8º Na hipótese prevista no inciso II do §7º deste artigo, mantida a decisão divergente pelo tribunal de origem, far-se-á o exame de admissibilidade do recurso especial.

§9º O Superior Tribunal de Justiça e os tribunais de segunda instância regulamentarão, no âmbito de suas competências, os procedimentos relativos ao processamento e julgamento do recurso especial nos casos previstos neste artigo.⁶⁰

Com a intenção de amenizar a sobrecarga de processos remetidos ao STJ, os demais recursos sobrestados no tribunal de origem terão que aguardar a decisão do recurso “piloto”, que será julgado primeiramente (exceto os que envolverem réu preso e os *habeas corpus*). Esse procedimento apenas ocorrerá quando houver multiplicidade de recursos com a mesma questão de direito sendo discutida no âmbito do Superior Tribunal de Justiça.

⁶⁰ BRASIL. Código de Processo Civil (1973). Código de Processo Civil. Brasília, DF, Senado, 1973.

Dessa maneira, “uma vez julgados os recursos selecionados, os recursos sobrestados têm seu destino decidido à luz daquele julgamento.”⁶¹

O legislador atribuiu ao Presidente do Tribunal de origem a responsabilidade por identificar e selecionar a matéria e os recursos representativos de controvérsia. Trata-se de uma atribuição preliminar, pois o Relator dentro do STJ exercerá novo exame de cabimento do procedimento.

A escolha do recurso paradigma também está prevista no artigo 1º, § 1º da Resolução 08/2008, que dispõe que dentre os múltiplos recursos especiais interpostos perante o respectivo tribunal de origem será escolhido pelo menos um processo de cada desembargador relator. Esta seleção será feita com base nos critérios de maior diversidade de fundamentos no acórdão e de maior diversidade argumentos no recurso especial.

Os tribunais locais poderão ser os primeiros a verificar a existência de múltiplos recursos fundados em idêntica controvérsia, posto que serão os primeiros a ter contato com os recursos especiais.⁶²

Importante observar, ainda, que o parágrafo 2.º da Resolução 08/2008 prevê que o agrupamento de recursos repetitivos a ser encaminhado ao Tribunal Superior deverá observar apenas a razão da questão central discutida, desde que as matérias periféricas discutidas não subsistam de forma independente, ou seja, sempre que o exame da questão central possa tornar prejudicada a análise de outras questões suscitadas.

Após selecionados os recursos representativos da controvérsia pelos tribunais de origem, os processos serão encaminhados ao Superior Tribunal de Justiça e posteriormente distribuídos por dependência a um relator, conforme previsto no artigo 1º, § 4º, da Resolução 08/2008.

Caso contrário, não adotada a providência de escolha do recurso especial representativo da controvérsia e agrupamento dos recursos repetitivos pelo tribunal de origem, o procedimento seguirá nos moldes do § 2º do artigo 543-C do Código de Processo Civil, o qual estabelece que se o presidente do tribunal de origem não admitir um ou mais recursos

⁶¹ AIDAR, Luis Guilherme Bondioli. A nova técnica de julgamento dos recursos extraordinários e especial repetitivos. **Revista Jurídica**, Rio Grande do Sul, v. 387, n. 58, jan. 2010, p.28.

⁶² Ibidem, p.29.

representativos da controvérsia, conforme dita o § 1º do mesmo artigo, o relator do STJ, ao verificar que há jurisprudência dominante sobre a controvérsia ou que a matéria já está afeta ao colegiado, poderá ele mesmo suspender o processamento dos recursos controvertidos nos tribunais de segunda instância, comunicando a determinação aos outros integrantes do STJ ou da Seção especializada.

Ato contínuo, recebido o recurso especial como recurso representativo da controvérsia perante o Superior Tribunal de Justiça, o relator submeterá o seu julgamento à Seção ou à Corte Especial, isto se, na última hipótese, existir questão de competência de mais de uma Seção.

Uma melhoria trazida pela pelo artigo 2º, § 1º da Resolução nº 8, diz respeito à possibilidade de, a critério do relator, serem submetidos ao julgamento da Seção ou da Corte Especial recursos especiais já distribuídos, quando estes forem representativos de questão jurídica objeto de recursos repetitivos. Ou seja, o ministro que tiver em seu gabinete uma multiplicidade de recursos com fundamento em idênticas questões de direito e representativos da controvérsia poderá afetar o julgamento de um ou mais deles à Seção. Esta afetação, conforme prescreve o § 2º do artigo 2º da Resolução nº 08/2008, deverá ser comunicada aos demais ministros e tribunais de segunda instância, para que estes também suspendam os recursos que versem sobre a mesma controvérsia.

Após selecionados os recursos representativos da controvérsia, estes passarão pelo exame de admissibilidade. Caso eles forem inadmitidos, o relator deverá julgá-los por decisão monocrática, de acordo com o caput do artigo 557 do CPC⁶³. Destarte, estes recursos não passarão pelo julgamento por *amostragem*, tendo que ser a extinção desse procedimento comunicada aos tribunais de origem para cancele o sobrestamento dos recursos especiais nos tribunais locais.⁶⁴

⁶³Art. 557, CPC. O relator negará seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior. VADE MECUM. **Lei 5.869 de 11 de janeiro de 1973**. São Paulo: Saraiva, 2013, p. 414.

⁶⁴AIDAR, Luis Guilherme Bondioli. A nova técnica de julgamento dos recursos extraordinários e especial repetitivos. **Revista Jurídica**, Rio Grande do Sul, v. 387, n. 58, jan. 2010, p.40.

“No caso parte dos recursos selecionados sejam manifestamente inadmissíveis, os recursos inviáveis são trancados pelo relator e o julgamento por *amostragem* segue a diante apenas com os recursos admissíveis.”⁶⁵

Após realizado o exame de admissibilidade dos recursos selecionados, o relator deverá verificar se estão efetivamente presentes os requisitos para o julgamento através do procedimento dos recursos repetitivos.

Caso necessite de outros elementos e caso ache necessário, o relator poderá solicitar informações aos tribunais ou estaduais acerca da matéria controvertida, no prazo de 15 dias, e, além disso, poderá admitir manifestação de pessoas, órgãos ou entidades que tenham interesse na controvérsia, consoante regulamentar o regimento interno do STJ (§§ 3º e 4º do artigo 543-C do CPC).

Nesse entendimento, afirma Athos Gusmão Carneiro:

“Recebidas as informações, transcorrido o prazo para a manifestação dos interessados em geral, e depois de vista ao Ministério Público pelo prazo de quinze dias, o relator examinará o “recurso piloto” e pedirá sua inclusão “em pauta na Seção ou na Corte Especial”, sendo a todos os integrantes do órgão julgador remetidas cópias do relatório (art. 543-C, §§ 5º e 6º).”⁶⁶

As informações poderão dispensadas caso os recursos selecionados para o julgamento forem suficientes para a ampla e precisa compreensão da questão de direito em debate. Esse pedido de informações é uma faculdade do relator.⁶⁷

Com a intenção de trazer auxílio para ao julgamento do recurso paradigma e considerando a relevância da matéria, o relator o abrirá prazo de 15 (quinze) dias para a manifestação de terceiros, sejam eles, pessoas, órgãos ou entidades com interesse na controvérsia. Essa colaboração de terceiros em sede de recursos especiais repetitivos está

⁶⁵ Ibidem, p. 40.

⁶⁶ CARNEIRO, Athos Gusmão. Primeiras observações sobre a lei dos recursos repetitivos no STJ. **Revista de processo**, São Paulo, v. 33, n. 160, jun. 2008, p. 84.

⁶⁷ AIDAR, op. cit., p.40.

prevista no § 4º do art. 543-C do Código de Processo Civil, bem como no inciso I do art. 3º da Resolução nº 08/2008 do Superior Tribunal de Justiça.⁶⁸

Frisa-se que “apenas as intervenções efetivamente úteis à apreciação do mérito dos recursos devem ser permitidas, sob pena de se eternizar um procedimento que clama por rapidez.”⁶⁹

Feitas as notificações e recebidas as manifestações, abre-se vista dos autos ao Ministério Público por 15 (quinze) dias, conforme previsto no art. 543-C, § 5.º, do CPC.

Tendo em vista que o julgamento dos recursos repetitivos produz efeitos na vida de um relevante número de pessoas, a participação do Ministério Público como fiscal da lei é importante no procedimento previsto no art. 543-C do CPC.⁷⁰

Em seguida, os recursos representativos da controvérsia serão incluídos em pauta para julgamento. De acordo com o art. 4º, parágrafo único, da Res. nº 8/2008 do STJ, “a Coordenadoria do órgão julgador extrairá cópias do acórdão recorrido, do recurso especial, das contrarrazões, da decisão de admissibilidade, do parecer do Ministério Público e de outras peças indicadas pelo Relator, encaminhando-as aos integrantes do órgão julgador pelo menos 5 (cinco) dias antes do julgamento”.

Uma questão que deverá ser levantada é acerca do prazo do recurso representativo da controvérsia para ser levado em pauta para julgamento. É evidente que se o relator demorar a levar o recurso em pauta a sua posição estará em desacordo com a finalidade principal do procedimento dos recursos repetitivos, posto que este instituto processual foi introduzido ao ordenamento jurídico com o escopo de trazer celeridade processual e não de retardar o julgamento dos recursos especiais com idêntica matéria de direito federal.

Assim, o prazo para que o relator leve o recurso em pauta para julgamento deverá ser cautelosamente observado, visando obedecer a finalidade do próprio procedimento dos recursos representativos da controvérsia.

⁶⁸ AIDAR, Luis Guilherme Bondioli. A nova técnica de julgamento dos recursos extraordinários e especial repetitivos. **Revista Jurídica**, Rio Grande do Sul, v. 387, n. 58, jan. 2010, p. 41.

⁶⁹ Ibidem, p. 41.

⁷⁰ Ibidem, p. 42.

A competência para julgamento desses recursos será sempre do órgão com máxima competência no Superior Tribunal de Justiça, ou seja, nos moldes do art. 1º, *caput*, da Resolução nº 08/2008 do STJ, o Relator submeterá o julgamento do recurso especial à Seção ou à Corte Especial. O julgamento do recurso paradigma jamais será realizado por uma das turmas do Superior Tribunal de Justiça.⁷¹

Após o julgamento do recurso paradigma, seu acórdão será remetido à publicação. Após isso, surgirão duas possibilidades, as quais estão expressas nos incisos I e II do § 7º do artigo 543-C do CPC, *in verbis*:

“Art. 543-C, §7º, I – terão seguimento denegado na hipótese de o acórdão recorrido coincidir com a orientação do Superior Tribunal de Justiça; ou II – serão novamente examinados pelo tribunal de origem na hipótese de o acórdão recorrido divergir da orientação do Superior Tribunal de Justiça.” (Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973).

No caso do inciso I do referido parágrafo, não será necessário realizar o exame de admissibilidade do recurso. Já em relação ao inciso II do mesmo parágrafo:

“[...] o tribunal de origem, ao reexaminar o recurso ordinário em juízo de retratação, resolve revogar o anterior julgamento e proferir outro, adotando a orientação firmada no STJ; ou, o tribunal de origem, ao reexaminar o recurso ordinário, resolve manter a sua decisão, embora divergente daquela firmada pelo STJ; neste caso, o recurso especial antes interposto retornará seu processamento, e a Presidência do tribunal procederá ao regular exame de sua admissibilidade.”⁷²

Ao analisar o procedimento dos recursos repetitivos em seu inciso II § 7º do artigo 543-C do CPC, Athos Gusmão Carneiro traz o equívoco de ordem técnica contido neste dispositivo:

“[...] os próprios *recursos especiais* não podem, por evidentes motivos, ser novamente examinados pelo tribunal de origem (que os examinou...) e que, aliás, para tanto seria constitucionalmente incompetente. O mandamento legal é, em verdade, no sentido de que o tribunal prolator do acórdão divergente da orientação do STJ proceda a um *juízo de retratação*, novamente examinando o recurso ordinário [...] Se o mantiver, o recurso

⁷¹ AIDAR, Luis Guilherme Bondioli. A nova técnica de julgamento dos recursos extraordinários e especial repetitivos. **Revista Jurídica**, Rio Grande do Sul, v. 387, n. 58, jan. 2010, p. 43.

⁷² CARNEIRO, Athos Gusmão. Primeiras observações sobre a lei dos recursos repetitivos no STJ. **Revista de processo**, São Paulo, v. 33, n. 160, jun. 2008, p. 85.

especial subirá ao STJ, uma vez satisfeitos os pressupostos de admissibilidade.”⁷³

Quando a parte recorrente que teve o seu recurso sobrestado, mas que o considera fundado em questão de direito não compatível com aquela utilizada no paradigma, deverá solicitar reconsideração à Presidência do tribunal de segundo grau, demonstrando a diversidade de situações jurídicas. Caso o recurso continue sobrestado, por determinação do Presidente do Tribunal de Justiça, a parte terá que aguardar a decisão do STJ, porém poderá pleitear medidas cautelares para prevenção de eventual dano decorrente da demora.

Ainda em relação ao procedimento e julgamento dos recursos representativos da controvérsia, cabe mostrar que “matérias que não são objeto dos recursos selecionados para o julgamento por amostragem não podem ser enfrentadas no julgamento paradigmático.”⁷⁴

Findo o julgamento do recurso paradigma “a coordenadoria do órgão julgador expedirá ofício aos tribunais de origem com cópia do acórdão relativo ao recurso especial julgado na forma da Resolução nº 08/2008”, conforme disciplina o art. 6º da resolução do STJ.⁷⁵

3.5 O sobrestamento indevido dos recursos especiais

Conforme dispõe o § 1º do artigo 543-C do Código de Processo Civil, após a escolha pelo presidente de um ou mais recursos representativos da controvérsia, estes serão encaminhados ao Superior Tribunal de Justiça enquanto os demais recursos especiais ficarão sobrestados até o pronunciamento definitivo deste tribunal.

⁷³ CARNEIRO, Athos Gusmão. Primeiras observações sobre a lei dos recursos repetitivos no STJ. **Revista de processo**, São Paulo, v. 33, n. 160, jun. 2008, p. 85.

⁷⁴ AIDAR, Luis Guilherme Bondioli. A nova técnica de julgamento dos recursos extraordinários e especial repetitivos. **Revista Jurídica**, Rio Grande do Sul, v. 387, n. 58, jan. 2010, p. 46.

⁷⁵ *Ibidem*, p. 46.

Sendo assim, o relator no Superior Tribunal de Justiça ao identificar que sobre a matéria controvertida já existe uma jurisprudência dominante ou que a matéria já está afeta ao colegiado, poderá suspender o trâmite dos processos de 2ª instância, dos recursos nos quais a controvérsia esteja estabelecida.⁷⁶

O § 3º do artigo 1º da Resolução nº 8/2008 do Superior Tribunal de Justiça estabelece que a suspensão do recurso especial deverá ser certificada nos autos.

Em situações de recurso especial indevidamente sobrestado, o recorrente poderá apresentar uma simples petição ao Superior Tribunal de Justiça, o pedido cautelar endereçado a este tribunal, bem como poderá interpor o agravo de instrumento previsto no artigo 544 do Código de Processo Civil. Poderá também haver a oposição de embargos de declaração dirigidos ao prolator da decisão de sobrestamento.⁷⁷

Ocorre muitas vezes do relator sobrestar indevidamente os recursos especiais, visto que a matéria de direito ventilada no recurso paradigma sequer se assemelha a matéria discutida no recurso especial sobrestado. Essa situação vai de encontro com a finalidade do procedimento previsto no artigo 543-C do Código de Processo Civil, posto que viola os princípios da efetividade e da celeridade processual, os quais regem o referido procedimento.

Nesse sentido, “o ato que determina o sobrestamento do recurso em razão do julgamento por amostragem expõe o recorrente a danos, na medida em que seu recurso é paralisado e a remoção do correlato gravame é consequentemente adiada.”⁷⁸

Assim, caso ocorra o sobrestamento indevido por tal situação, o julgador deverá reconsiderar a decisão de sobrestamento para permitir o curso normal daquele processo que foi suspenso indevidamente. Este é o entendimento do próprio Superior Tribunal de Justiça no AgRg no REsp: 911525/RN:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. SOBRESTAMENTO. 543-C DO CPC. RECURSO REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. MATÉRIA DIVERSA. RECONSIDERAÇÃO. CÉDULA DE CRÉDITO COMERCIAL. CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE

⁷⁶ AIDAR, Luis Guilherme Bondioli. A nova técnica de julgamento dos recursos extraordinários e especial repetitivos. Revista Jurídica, Rio Grande do Sul, v. 387, n. 58, jan. 2010, p. 37.

⁷⁷ Ibidem, p. 39.

⁷⁸ Ibidem, p. 38.

JUROS. EXPRESSA PACTUAÇÃO. ADMISSIBILIDADE. 1. Tratando o presente especial de matéria diversa daquela tratada no recurso representativo da controvérsia, reconsidera-se a decisão de sobrestamento do feito para permitir seu curso normal.

[...]

3. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

(STJ - AgRg no REsp: 911525 RN 2006/0275091-6, Relator: Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, Data de Julgamento: 02/12/2010, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 10/12/2010)⁷⁹

Deve-se observar com cautela as situações que poderão ocasionar sobrestamento indevido dos recursos especiais, posto que caso ocorra poderá causar inúmeros danos as partes das demandas. O julgador deverá observar os critérios indispensáveis para o correto sobrestamento de recursos especiais no tribunal de origem, os quais aguardarão o julgamento do recurso “piloto” no Superior Tribunal de Justiça. É imprescindível que os recursos especiais sobrestados devam conter matéria de direito semelhante ao do recurso paradigma.

3.6 Eficácia do acórdão do recurso especial paradigma

A lei não prevê qual o momento da incidência do recurso paradigma sobre os recursos sobrestados no tribunal de origem.

É importante frisar que a decisão que julga um recurso especial paradigma não pode ser considerada definitiva, tendo em vista que ela pode ser impugnada através de recursos internos, por exemplo, embargos de declaração ou embargos infringentes, ou recursos externos, a exemplo o recurso extraordinário ao Supremo Tribunal Federal.

⁷⁹ BRASIL, Superior Tribunal de Justiça. **AgRg no REsp: 911525 RN 2006/0275091-6**. Terceira Turma. Relator: Min. Tarso Sanseverino, julgado em 02 de dezembro de 2010, DJe de 10 de dezembro de 2010. Disponível em: <<http://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/17918779/agravo-regimental-no-recurso-especial-agrg-no-resp-911525-rn-2006-0275091-6/relatorio-e-voto-17946835>>. Acesso em: 02 abril 2014.

Nesse sentido, apesar de uma decisão se tornar definitiva apenas após o seu trânsito em julgado, o Superior Tribunal de Justiça dá aplicabilidade imediata às decisões que julgam um recurso especial paradigma, posto que a interposição de recurso extraordinário em face de tal decisão não produz efeito suspensivo.

Há situações em que um terceiro interessado apresenta recurso extraordinário ao STF em face da decisão que julgou o recurso especial paradigma. Caso este recurso seja admitido, a sua decisão irá substituir o acórdão paradigma.

Se a decisão do STF reformar o julgado irá tomar o lugar do acórdão paradigma, deixando de constituir precedente para fins da aplicação da regra contida no artigo 543-C, §7º⁸⁰, para fazer incidir a norma que disciplina o instituto da repercussão geral dos recursos extraordinários, qual seja o art. 543-B do CPC.

É neste momento em que surge o problema, porque os recursos que estão sobrestados sujeitos à incidência do acórdão prolatado pelo STF em sede de apelo excepcional não são recursos extraordinários, mas recursos especiais.

Todavia, como o legislador foi omissos quanto a essa possibilidade de sobreposição de recursos excepcionais, a única alternativa plausível para solucionar a lacuna legal seria a admissibilidade dos recursos especiais sobrestados, pelos tribunais de origem, possibilitando ao STJ adotar a mesma orientação do STF, proferindo acórdão compatível com ela, viabilizando a incidência do art. 543-C, §7º do CPC.

Outra hipótese possível é o caso de os tribunais locais adotarem o acórdão paradigma proferido pelo STJ em sede de recurso repetitivo e a própria parte do recurso especial sobrestado interpor recurso extraordinário em face da inconstitucionalidade surgida no julgamento do recurso repetitivo paradigma.

Este seria mais um caso de omissão legal, a qual em tese, inviabilizaria a aplicação do procedimento estabelecido no artigo 543-C, §7º, do CPC, por se tratar de julgamento de recurso extraordinário e não de recursos especiais sobrestados. Porém, por

⁸⁰ Art. 543-C: § 7º: Publicado o acórdão do Superior Tribunal de Justiça, os recursos especiais sobrestados na origem: II - serão novamente examinados pelo tribunal de origem na hipótese de o acórdão recorrido divergir da orientação do Superior Tribunal de Justiça. VADE MECUM. **Lei 5.869 de 11 de janeiro de 1973**. São Paulo: Saraiva, 2013, p. 412.

ausência de solução legislativa para o caso, a ocorrência da situação exigiria a aplicação por via reflexa o referido dispositivo.

É evidente que a fundamentação das decisões é novamente limitada condição máxima de possibilidade de controle das decisões judiciais e fonte última de segurança jurídica, conforme defende o processualista Ovídio Araújo Baptista da Silva.⁸¹

Considera-se que o juiz, ao prestar serviço ao jurisdicionado, deve respeitar o direito ao tratamento igualitário onde questões materialmente similares sejam tratadas de forma semelhante ao tratamento dispensado em outros processos. É a busca pela segurança jurídica e igualdade dentro de um sistema submetido aleis.

Nesse mesmo sentido, entende Luiz Guilherme Marinoni:

“A segurança e a igualdade, postuladas na tradição *do civil law* pela estrita aplicação da lei, está a exigir, num modelo transformado pelo constitucionalismo, o sistema de precedentes, estabelecido para tutelar a segurança no ambiente do *common law*, em que a possibilidade de decisões diferentes para casos iguais nunca foi desconsiderada e exatamente por isto fez surgir o princípio, inspirador do *stare decisis*, de que os casos similares devem ser tratados do mesmo modo (*treatlike cases alike*).”⁸²

No entanto, o legislador brasileiro escolheu o caminho da vinculação das decisões como meio para introduzir mais estabilidade e previsibilidade ao sistema jurídico.

Assim, o julgamento paradigmático explicitamente eleito, como no caso dos recursos repetitivos, onde se abre a possibilidade de se estabelecer um direito pautado em precedentes, é um dos caminhos que o direito brasileiro adota para uniformizar o entendimento jurisprudencial. É importante salientar que essas decisões paradigmáticas servem como instrumento de controle do próprio poder judiciário.

Abordou-se nesse contexto Luis Guilherme Aidar Bonioli:

“Também na escolha da matéria deve ser observada sua característica de homogeneidade, pois o processo repetitivo não é adequado ao exame de

⁸¹ ARAÚJO BAPTISTA DA SILVA, 2006 apud CAMPOS, Hélio Silvio Ourém. Recurso Especial Repetitivo: Paradigma e Segurança Jurídica. **Revista Tributária e de finanças públicas**, São Paulo, v. 20, mar./abr. 2012, p. 367.

⁸² MARINONI, 2009 apud CAMPOS, Hélio Silvio Ourém. Recurso Especial Repetitivo: Paradigma e Segurança Jurídica. **Revista Tributária e de finanças públicas**, São Paulo, v. 20, mar./abr. 2012, p. 367.

processos permeados por peculiaridades fáticas e jurídicas que possam influenciar o deslinde do feito. O que interessa é a identidade de questão jurídica.”⁸³

Luiz Guilherme Marinoni esclarece o seguinte:

“[...] a seleção do recurso paradigmático deve focar na escolha dos exemplares que abordem a controvérsia federal no maior número de perspectivas argumentativas possíveis e sugere que esta escolha nos Tribunais de origem seja dialogada, se possível, com agentes sociais interessados.”⁸⁴

Cabe colocar que uma das propostas de projeto do novo Código de Processo Civil é a uniformização e estabilidade da jurisprudência a fim de trazer segurança jurídica ao ordenamento jurídico brasileiro. Assim, será necessário que os tribunais protejam tal uniformização e respeitem os princípios da legalidade e da isonomia ao decidirem sobre determinada questão.

Em hipóteses de alteração de jurisprudência já consolidada no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, o julgador deverá modular os efeitos da mudança de entendimento observando os interesses sociais e respeitando o princípio da segurança jurídica. Neste caso, o julgador deverá fundamentar adequadamente e especificamente a sua alteração de entendimento sobre determinada matéria, a fim de manter a estabilidade das relações jurídicas.

⁸³ MARINONI, 2009 apud CAMPOS, Hélio Silvío Ourém. Recurso Especial Repetitivo: Paradigma e Segurança Jurídica. **Revista Tributária e de finanças públicas**, São Paulo, v. 20, mar./abr. 2012, p. 375.

⁸⁴ Ibidem, p. 375.

CONCLUSÃO

Com a crise do Supremo Tribunal Federal, a qual se originou do grande acúmulo de demandas remetidas a este tribunal, sejam elas de matérias federais ou de matérias infraconstitucionais, tornou-se necessário a construção do Superior Tribunal de Justiça que passaria a ter competência constitucional para julgar somente demandas que discutissem questões federais. O novo tribunal foi de fato importante para diminuir a sobrecarga de processos encaminhados ao STF e teve como objetivo dividir a matéria entre dois tribunais superiores, o que trouxe mais qualidade as decisões proferidas pelos tribunais superiores, visto que as demandas passaram a ser analisadas com mais cautela.

O Superior Tribunal de Justiça, através do seu instrumento processual, seja ele, o recurso especial, analisaria a correta interpretação do direito federal de acordo com o ordenamento jurídico brasileiro. Conclui-se, dessa forma, que o novo tribunal foi essencial para corrigir as ilegalidades cometidas nos julgamentos de causas infraconstitucionais, assim como foi importante para assegurar a inteireza, a autoridade, a validade e a uniformidade de interpretação de leis

Após a construção de um novo tribunal e com o intuito de trazer a este um procedimento semelhante ao previsto no artigo 543-B do Código de Processo Civil, o qual prevê o instituto processual da repercussão geral no âmbito do Supremo Tribunal Federal, a Lei n. 11.672/2008 introduziu ao Código de Processo Civil o artigo 543-C, que disciplina os Recursos Repetitivos, procedimento signficante para dar celeridade processual e para garantir a dinâmica de modernização adotada pelo novo tribunal superior.

A criação da Lei dos Recursos Repetitivos foi de fato relevante para uniformizar a matéria federal no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, buscando conceder a todos segurança jurídica. Ocorre que cada caso deveria ser analisado de forma isolada, tendo em vista a particularidade do contexto fático de cada um deles. Cada indivíduo tem a liberdade de levar ao julgador o seu direito, mas claro que sua pretensão deverá estar de acordo com os parâmetros estabelecidos pela lei.

Não obstante haja críticas ao novo instituto processual introduzido ao artigo 543-C do Código de Processo Civil, a Lei dos Recursos Repetitivos é uma tentativa de diminuir o acúmulo de julgamentos no Superior Tribunal de Justiça, a fim de julgar neste tribunal apenas o recurso paradigma da controvérsia, enquanto os outros recursos especiais ficarão sobrestados no tribunal de origem, aguardando o julgamento do recurso piloto.

Como se vê, muitos casos são sobrestados indevidamente nos tribunais de origem por diversos motivos. O fato do julgador sobrestar um recurso especial, o qual, em algum ponto, não tem similaridade com a matéria ventilada no recurso paradigma, por si só, já está em desconformidade com uma das principais finalidades do procedimento do recursos repetitivos, seja ela, buscar a celeridade processual. Mais ainda, não se pode confiar na aplicação de uma só decisão para inúmeros casos, tendo em vista que o julgador comete inúmeros erros, como exemplo, o sobrestamento indevido dos recursos especiais.

Através do presente trabalho, verificou-se que a introdução do procedimento dos recursos repetitivos ao Código de Processo Civil representa uma tendência da ciência jurídica moderna e tal inovação processual trouxe muitos resultados positivos, tendo em vista que foi de encontro à celeridade processual, à razoável duração do processo e à efetividade da prestação jurisdicional.

Por outro lado, é evidente que a redução de processos remetidos ao Superior Tribunal de Justiça teve índice histórico relevante após a implementação do novo instituto processual ao ordenamento jurídico, o que vem trazendo grande satisfação ao Poder Judiciário Brasileiro, tendo em vista que este vem recebendo uma resposta estatal mais célere.

Fato é que os tribunais superiores buscam mecanismos para a concretização de maior acesso à justiça e da duração razoável do processo.

O que se verifica é que a diminuição dos processos no âmbito do Superior Tribunal de Justiça é uma realidade incontestável. Assim, com o advento da Lei dos Recursos Repetitivos, a qual se tornou importante no cenário jurídico brasileiro, mas observa-se que a solução para a cultura demandista não é a jurisprudência defensiva, mas sim o respeito aos princípios constitucionais do processo civil brasileiro.

Espera-se que o novo procedimento de julgamento em massa, alcance, de fato, as suas finalidades, sejam elas a busca pela efetividade e celeridade processual, o que

muito contribuirá para o aperfeiçoamento da nossa democracia e do Estado Democrático de Direito.

REFERÊNCIAS

AIDAR, Luis Guilherme Bondioli. A nova técnica de julgamento dos recursos extraordinários e especial repetitivos. **Revista Jurídica**, Rio Grande do Sul, v. 387, n. 58, p. 27-51, jan. 2010.

BRASIL. Código de Processo Civil (1973). **Código de Processo Civil**. Brasília, DF, Senado, 1973.

BRASIL. Constituição (1946). **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro. 18 de setembro de 1946. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm>. Acesso em: 21 dezembro 2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 21 e 22 de dezembro de 2013.

BRASIL. **Lei 11.636, de 28 de dezembro de 2007**. Dispõe sobre as custas judiciais devidas no âmbito do Superior Tribunal de Justiça. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11636.htm>. Acesso em: 20 março 2014.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **REsp 186469-RJ**, 5.^a Turma, Relator: Min. Félix Fischer, julgado em 03 de dezembro de 1988, DJU de 22 de março de 1999. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/processo/ita/documento/mediado/?num_registro=199800623396&dt_publicacao=22-03-1999&cod_tipo_documento=1>. Acesso em: 22 dezembro 2013.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **AgRg no REsp 1337341/ES**. Terceira Turma. Relator: Min. Paulo Tarso Sanseverino, julgado em 20 de fevereiro de 2014, DJe de 10 de março de 2014. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/68366880/stj-01-04-2014-pg-2335>>. Acesso em: 20 março 2014.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **AgRg no AREsp438.682/RO**. Quarta Turma. Relator: Min. Marco Buzzi, julgado em 25 de fevereiro de 2014, DJe 06 de março de 2014. Disponível em: <<http://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/24975171/agravo-regimental-no-agravo-em-recurso-especial-agrg-no-aresp-438682-ro-2013-0391178-6-stj/inteiro-teor-24975172>>. Acesso em: 20 março 2014.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **AgRg no AREsp 418.764/MG**. Quinta Turma. Relator: Min. Moura Ribeiro, julgado em 04 de fevereiro de 2014, DJe de 11 de fevereiro de 2014. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/67278670/stj-10-03-2014-pg-1168>>. Acesso em: 20 março 2014.

BRASIL, Superior Tribunal de Justiça. **EDcl no AREsp 466.649/RJ**. Quarta Turma. Relator: Min. Luis Felipe Salomão, julgado em 25 de fevereiro de 2014, DJe de 06 de março de 2014. Disponível em: <<http://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/24975197/embargos-de-declaracao-no-agravo-em-recurso-especial-edcl-no-aresp-466649-rj-2014-0015218-4-stj/inteiro-teor-24975198>> Acesso em: 20 março 2014.

BRASIL, Superior Tribunal de Justiça. **AgRg no REsp: 911525 RN 2006/0275091-6**. Terceira Turma. Relator: Min. Tarso Sanseverino, julgado em 02 de dezembro de 2010, DJe de 10 de dezembro de 2010. Disponível em: <<http://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/17918779/agravo-regimental-no-recurso-especial-agrg-no-resp-911525-rn-2006-0275091-6/relatorio-e-voto-17946835>>. Acesso em: 02 abril 2014.

CAMPOS, Hélio Silvio Ourém. Recurso Especial Repetitivo: Paradigma e Segurança Jurídica. **Revista Tributária e de finanças públicas**, São Paulo, v. 20, n. 103, mar./abr. 2012, p. 363-383.

CARNEIRO, Athos Gusmão. Primeiras observações sobre a lei dos recursos repetitivos no STJ. **Revista de processo**, São Paulo, v. 33, n. 160, jun. 2008, p. 83-86.

COSTA, Daniel Castro Gomes; JÚNIOR, André Puccinelli. **Estudos Contemporâneos de Direito Público**: em homenagem ao Ministro Cesar Asfor Rocha. 1. ed. São Paulo: Pillares, 2010.

DIDIER JÚNIOR, Fredie; CUNHA, Leonardo José Carneiro da. **Curso de direito processual civil**: meios de impugnação às decisões judiciais e processo nos tribunais. 12. ed. Salvador: JusPODIVM, 2014, v. 3.

LEI dos repetitivos reduz demanda ao STJ em 38%, 2012. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2012-jul-22/seis-meses-lei-recursos-repetitivo-reduz-demanda-stj-38#top>>. Acesso em: 01 de junho 2014.

MANCUSO, Rodolfo de Camargo. **Recursos no Processo Civil**: recurso extraordinário e recurso especial. 12 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012, v. 3.

MARTINS, Samir José Caetano. O julgamento de recursos especiais repetitivos (lei nº 11.672/2008). **Revista Dialética de Direito Processual**, São Paulo, n. 64, jul. 2008.

MEDINA, José Miguel Garcia. **Recursos no processo civil**. Prequestionamento e repercussão geral: e outras questões relativas aos recursos especial e extraordinário. 6 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012, v. 6.

MONTENEGRO FILHO, Misael. **Curso de direito processual civil**: teoria geral dos recursos, recursos em espécie e processo de execução. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2014, v. 2.

SERAU JUNIOR, Marco Aurélio; REIS, Silas Mendes dos Reis. **Recursos especiais repetitivos no STJ**. 1. ed. São Paulo: Método, 2009.

SILVA, Marcos Luiz da. **Julgamento de recursos repetitivos no âmbito do STJ. Alterações instituídas pela Lei nº 11.672/2008**, 2008. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/11267/julgamento-de-recursos-repetitivos-no-ambito-do-stj>>. Acesso em: 09 abr. 2014.

SOUZA, Bernardo Pimentel. **Introdução aos recursos cíveis e à ação rescisória**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

TAVARES JUNIOR, Homero Francisco. Recursos especiais repetitivos: aspectos da Lei 11.672/2008 e da Res. 8/2008 do STJ. **Revista de Processo**. São Paulo, v. 33, n.166, dez. 2008, p. 190-202.

VADE MECUM. **Lei 5.869 de 11 de janeiro de 1973**. São Paulo: Saraiva, 2013.

VALCANOVER, Fabiano Haselof. A efetividade da prestação jurisdicional e o rito dos recursos repetitivos como filtro recursal. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 216, n. 38, fev. 2013, p. 441-457